

O trabalho na segunda metade do século XX

Oswaldo Coggiola

Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo (Usp)

Recebido: 20/11/2015 Versão revisada (entregue): 12/02/2016 Aprovado: 19/02/2016

Resumo

Neste artigo se examina o trabalho na segunda metade do século XX. Nos anos que se seguem à Segunda Guerra Mundial houve uma expansão econômica na qual a *estabilidade* capitalista existiu apenas no centro do sistema, já que uma onda de guerras e revoluções continuou a varrer as nações periféricas. Na Europa oriental, incorporada ao “bloco socialista”, rebeliões operárias contra a burocracia dirigente alcançaram Berlim oriental (1953), Hungria (1956), Tchecoslováquia (1968), Polônia (1956, 1971). Ainda tiveram lugar desenvolvimentos revolucionários da classe operária na Ásia e na América Latina nas décadas de 1960 e 1970, no esteio da revolução cubana de 1959-61. Na Europa ocidental, o proletariado também protagonizou situações revolucionárias, desde o maio francês de 1968, passando pelo *outono quente* italiano (1969) até a revolução portuguesa (1974). Nos EUA houve inúmeros conflitos entre trabalho e capital a partir da década de 1950. São destacáveis, sobretudo, além de dezenas de greves, o surgimento de uma nova militância operária, as pressões da base trabalhadora em favor de mudanças na política de negociação coletiva e o aumento na consciência racial e de gênero. O objetivo, então, é oferecer um quadro da realidade do trabalho que se constituiu nas últimas décadas.

Palavras-chave | Capital e trabalho; crise do capitalismo; “nova classe operária”; reestruturação do trabalho.

Código JEL | F16; J82; R23.

WORK ON THE SECOND HALF OF THE TWENTIETH CENTURY

Abstract

This article examines the work on the second half of the twentieth century. In the years following the Second World War, there was an economic expansion, in which the capitalist stability existed only in the center of the system, since a wave of revolutions and wars continued to sweep the peripheral nations. In Eastern Europe, bound to the “socialist bloc”, workers’ rebellions against the ruling bureaucracy reached East Berlin (1953), Hungary (1956), Czechoslovakia (1968), Poland (1956, 1971). Revolutionary developments of the working class still took place in Asia and Latin America in the 1960s and 1970s, in the wake of the Cuban revolution of 1959-1961. In Western Europe, the proletariat also starred in revolutionary situations, since the French May 1968, through the hot Italian autumn (1969), to the Portuguese

revolution (1974). In the US, there were numerous conflicts between labor and capital starting from the 1950s. Detachable are, above all, in addition to dozens of strikes, the emergence of new labor militancy, the working base's pressure in favor of changes on the collective bargaining policy and the increase in racial and gender awareness. The goal, then, is to provide a picture of the working reality that was constituted on the last decades.

Keywords | Capital and labor; crisis of capitalism; “new working class”; work restructuring.

JEL-Code | F16; J82; R23.

EL TRABAJO EN LA SEGUNDA MITAD DEL SIGLO XX

Resumen

Este artículo examina el trabajo en la segunda mitad del siglo XX. En los años posteriores a la Segunda Guerra Mundial se produjo una expansión económica en la que la estabilidad capitalista sólo existía en el centro del sistema, ya que una ola de revoluciones y guerras continuó a barrer las naciones periféricas. En Europa del Este, vinculada al “bloque socialista”, rebeliones de los trabajadores contra la burocracia gobernante alcanzaron a Berlín Oriental (1953), Hungría (1956), Checoslovaquia (1968), Polonia (1956, 1971). Desarrollos revolucionarios de la clase obrera aún tenían lugar en Asia y América Latina en los años 1960 y 1970, a raíz de la revolución cubana de 1959 a 1961. En Europa Occidental, el proletariado también actuó en situaciones revolucionarias, desde el Mayo de 1968 francés, pasando por el Otoño Caliente italiano (1969), hasta la Revolución Portuguesa (1974). En los EE.UU. hubo numerosos conflictos entre trabajo y capital a partir de la década de 1950. Además de docenas de huelgas, se destaca especialmente la aparición de una nueva militancia obrera, las presiones de la base de trabajo a favor de cambios en la política de negociación colectiva y el aumento de la conciencia racial y de género. El objetivo, entonces, es el de proporcionar una imagen de la realidad del trabajo que se constituyó en las últimas décadas.

Palabras-clave | Capital y trabajo; crisis del capitalismo; “nueva clase obrera”; reestructuración del trabajo.

Código JEL | F16; J82; R23.

Introdução

Depois da Segunda Guerra Mundial houve uma fase econômica expansiva na qual a “estabilidade” capitalista só existiu no centro do sistema (depois de ter debelado diversas situações revolucionárias no final e logo depois da conflagração bélica), já que uma onda de guerras e revoluções continuou a varrer as nações periféricas, a começar pela China e a Grécia em 1945-1949. Na Europa oriental, ocupada pelo exército soviético e incorporada pouco tempo depois ao “bloco socialista” (Comecon), rebeliões operárias contra a burocracia dirigente varreram Berlim oriental (1953), Hungria (1956), Tchecoslováquia (1968) e Polônia (1956-1971). Outros exemplos de desenvolvimentos revolucionários da classe operária foram a “Comuna de Xangai” (em janeiro de 1967), durante a “revolução cultural” chinesa,

a Assembleia Popular na Bolívia de 1970-71, as mobilizações revolucionárias na América Latina nas décadas de 1960 e 1970, no esteio da revolução cubana de 1959-61, e muitas outras.

Na Europa ocidental, por sua vez, o proletariado também protagonizou situações revolucionárias, desde o maio francês de 1968, passando pelo “outono quente” italiano (1969) até a revolução portuguesa (1974-75). No centro nevrálgico do mundo capitalista, os EUA, ao contrário a crença vulgar, e também de boa parte do senso acadêmico, uma grande quantidade de conflitos entre o trabalho e o capital ocorreram a partir da década de 1950. Essas tensões e conflitos se caracterizaram por dezenas de greves, principalmente no setor público; o surgimento de uma nova militância operária; pressões da base trabalhadora em favor de mudanças na política de negociação coletiva e de uma maior voz dentro dos sindicatos; e aumento na consciência racial e de gênero.

Reestruturação do trabalho e empregos

Em 1958, por exemplo, foi iniciada a greve da Federação Unificada dos Professores, em Nova York. Esse evento marcou a mudança da postura de vários sindicatos, que decidiram cambiar sua posição, até então de caráter predominantemente *lobbyista*, e começaram a pleitear a negociação coletiva: “Essas experiências, considerando a complexa natureza do problema em questão, nem sempre foram bem sucedidas. Mesmo assim, elas testemunharam a vitalidade da negociação coletiva tanto para canalizar conflitos como para resolver problemas” (BARBASH, 1984, p. 201). A tendência para a renovação no movimento dos trabalhadores norte-americanos cresceu nas décadas de 1960 e 1970 com a sindicalização massiva dos funcionários públicos. Os dados estatísticos da época indicam uma transformação nos empregos assalariados nos Estados Unidos, no sentido da diminuição de trabalho nas fábricas e do aumento nas fileiras dos funcionários públicos e nos empregos de prestação de serviços. Os empregados de serviços foram os que mais se destacaram para engrossar o número de membros da AFL-CIO, a central sindical. Em 1968, os funcionários públicos compunham aproximadamente 3,9 milhões da totalidade dos trabalhadores sindicalizados, número que subiu para 6,1 milhões em 1978.

A sindicalização do setor público demonstrou a importância crescente dos empregados de “colarinho branco” na composição da força de trabalho dos Estados Unidos: nos anos anteriores a 1965, a organização do setor ainda era fraca; entre 1965 e 1975 houve uma enorme expansão na sindicalização e nos empregos no serviço público, com uma crescente liderança sindical negra; de 1975 até o final dos anos 1980 houve uma diminuição no crescimento de sindicalizações, com as mulheres surgindo como as principais lideranças. A sindicalização dos funcionários públicos e privados ganhou também impulso com

a entrada maciça de mulheres na força de trabalho, com a influência do movimento feminista, e com o crescimento desse setor no mercado de trabalho.

O historiador Andrew Levinson, no entanto, atacou a ideia de uma suposta hegemonia dos serviços e da classe média no painel do trabalho nos Estados Unidos: não só as acepções do que fosse realmente trabalho de “colarinho branco” estavam, segundo ele, equivocadas, como também o estavam os números em relação à quantidade de trabalhadores nas diversas áreas. Levinson concluiu que, em 1969, 42,4% dos homens norte-americanos compunham a classe média, enquanto 57,5% faziam parte da classe trabalhadora (LEVINSON, 1974). Praticamente, 60% dos trabalhadores nos Estados Unidos poderiam ser classificados como de “colarinho azul”. O número de trabalhadores manuais aumentara em quatro milhões de 1950 até 1969. Em 1950, segundo seus cálculos, a classe média contava com treze milhões de indivíduos, e a classe trabalhadora com 22 milhões. Já em 1969, a “classe média” compreendia 19 de norte-americanos, enquanto a classe trabalhadora compreendia 26 milhões, mantendo-se aproximadamente constante a diferença entre uma e outra “classe”.

Levinson também atacou a ideia de que a classe operária não só era cada vez mais uma minoria social, como também ganhava bons salários e tinha um padrão de vida próximo ou igual ao da classe média: 30% dos trabalhadores norte-americanos viviam em níveis de pobreza, ganhando menos de sete mil dólares por ano (o salário mínimo era de US\$ 6.960 anuais). O trabalhador comum ganhava, em 1970, em média, aproximadamente US\$ 9.500 anuais. Os trabalhadores negros estavam em sua maioria distantes dessas cifras. A grande maioria dos negros era de classe baixa e trabalhadora, sendo o grupo mais castigado e discriminado, não só na sociedade como um todo, mas também dentro de sua própria classe. As mulheres, que compunham a nova onda de trabalhadores nas décadas de 1960 e 1970, ocupavam, em sua maior parte, cargos subalternos, quase de “colarinho azul”, a maioria era casada com operários ou trabalhadores manuais de baixa renda, recebendo em média mil dólares anuais a menos do que os homens em funções similares. Mulheres que começavam a trabalhar em fábricas tinham um salário inicial de US\$ 2,15 a 2,25 por hora. Para as vendedoras de loja, o salário era de menos de cem dólares semanais.

Os anos 1970 e 1980 se caracterizaram também por uma diminuição no crescimento da produtividade industrial norte-americana, a competição econômica acentuada dos EUA com Japão e Alemanha no mercado mundial, e a inserção de novas tecnologias nos locais de trabalho, especialmente a informatização e a robotização. A reorganização do trabalho envolveu uma mudança de locais de produção, a necessidade de especialistas em novas áreas, e, também, o crescimento do desemprego. Os analistas das relações trabalhistas se posicionaram de maneiras diferentes diante de todos esses fenômenos.

Para muitos, o quadro econômico-industrial em constante mudança necessitaria de uma força de trabalho com novas qualificações, que pudesse “colaborar” com os patrões para possibilitar melhores resultados e maior produtividade. Assim, todos sairiam ganhando. Isto representaria o contrário da tendência histórica da luta de classes, da criação de uma mão de obra crescentemente desqualificada nas indústrias, induzindo, ao contrário, um acordo entre sindicatos e patrões, para que os “novos proletários” altamente especializados e os capitalistas “trabalhassem juntos”. Paul Adler insistiu que a tecnologia, ao contrário de criar desemprego, produziria novos empregos e trabalhadores com melhor qualificação e educação. A perda de importância e de força dos sindicatos não estaria ligada às novas tecnologias, mas principalmente à inabilidade política dos dirigentes sindicais e ao desemprego circunstancial (ADLER, 1992).

Para outros analistas, ao contrário, a nova organização da produção apenas diminuiria o poder de negociação dos sindicatos. Além disso, as novas tecnologias serviriam para que os patrões se apropriassem das especialidades e habilidades dos trabalhadores, e tivessem maior controle sobre eles. Com a globalização econômica e produtiva, e com a rápida transmissão de informação entre os diversos setores de uma indústria e entre diferentes empresas, os capitalistas estariam a par e na direção de toda situação, e poderiam agir e resolver quaisquer problemas em seu favor. A fiscalização de qualidade, as “equipes” de cada departamento de produção, criadas para instigar um “espírito de grupo” e senso de união entre os trabalhadores, somente agravariam a situação dos trabalhadores como um todo, criando um clima de competição entre eles e favorecendo os patrões. Os empregados veriam os trabalhadores de outro setor da mesma empresa como antagônicos e até como inimigos, e lutariam para ascender no emprego e na escala social, se importando pouco com a união com seus companheiros, na luta por melhores salários e condições de emprego para sua classe em geral.

Este panorama contrariava a tradicional análise marxista acerca da configuração, objetiva e subjetiva, da “escravidão assalariada”, ou seja, da classe operária, e os resultados decorrentes. Marx & Engels (2010), no entanto, não consideraram a formação das classes de modo “objetivista”: “Os diversos indivíduos só formam uma classe na medida em que se veem obrigados a sustentar uma luta comum contra outra classe, pois, se não o fizerem, eles próprios se enfrentam, hostilmente, uns contra os outros no plano da concorrência”. Nesta formulação, o aspecto subjetivo da configuração de classe não estava separado do objetivo, pois a luta (subjetividade) que constituía os indivíduos isolados em *classe* tinha um caráter “obrigado”, derivado da sua situação objetiva na estrutura econômica (de classe) da sociedade.

Mundialmente, durante o segundo pós-guerra, a expansão econômica teve como motor a expansão do comércio mundial e se apoiou num crescimento sem precedentes da produtividade do trabalho: ela cresceu 3% ao ano, em média (a

média para todo o período secular de 1870 a 1973 foi de 2,4% anual). O acesso ao consumo de novas mercadorias pelo operariado dos países centrais (e, em parte, também nos países periféricos) aumentou em função da queda do valor dos bens-salário, derivada do espantoso aumento da produtividade, embora a taxa de mais-valia (e, com ela, a taxa de lucro média do capital) também aumentasse.

No chamado *Welfare State* (Estado de Bem-Estar) ampliou-se, desse modo, o campo do capital para a maior extração possível de mais-valia, intensificando o ritmo de trabalho e aumentando também seu rendimento através de novos equipamentos industriais. Ao aumentar a produtividade do trabalho e contribuir, através da concorrência, para que os outros capitalistas do mesmo ramo adotassem também novos métodos de produção e abajassem os preços das mercadorias, o capital conseguiu abreviar o período em que o trabalhador trabalha para produzir o valor da produção e reprodução da força de trabalho e, com isso, aumentar a mais-valia relativa (para cada capitalista de forma relativamente pequena, mas para a classe capitalista, em seu conjunto, de forma significativa): “Ele não tem necessariamente a intenção de diminuir o valor da força de trabalho (...) mas, no final das contas, somente contribuindo para esse resultado é que ele contribui para elevar a taxa geral da mais-valia. As tendências gerais e necessárias do capital devem ser distinguidas das formas sob as quais elas aparecem” (MARX, 2013). A produção crescente de mais-valia relativa se apresentou, portanto, como uma espécie de “presente divino”, do qual cada capitalista individual se beneficiava ao mesmo tempo em que contribuía, pela elevação da composição orgânica do capital, para a queda da taxa média de lucro. Ela repousava sobre o processo de crescente socialização da produção, e crescente privatização da apropriação, realizado pelo capitalismo nos limites da propriedade privada dos meios de produção.

A “Nova Classe Operária”

O “regime de trabalho” do período do *boom* econômico de pós-guerra foi chamado de “fordista”. Quando se afirma que nesse período a sociologia acadêmica ainda sustentava a noção de “centralidade” do trabalho, se esquece a manipulação sociológica do conceito de *classe operária* depois da Segunda Guerra Mundial. No final dos anos 1950 e durante a década de 1960 prevaleceu a tese da “integração” (e até do “aburguesamento”) da classe operária: nos países capitalistas centrais (e até mesmo nos setores privilegiados dos países capitalistas periféricos) uma “nova classe operária” teria se sobreposto, segundo essas análises, ao “proletariado industrial clássico”, caracterizando-se pela sua crescente

integração com o sistema político e social do capitalismo, não mais lhe opondo, como no passado, uma atitude (oposição) revolucionária.¹

As mudanças na atitude política e social da classe trabalhadora eram derivadas de diferentes condições socioeconômicas: “Uma parte importante dos operários de fábrica dispõe hoje, graças ao progresso técnico e aos aumentos salariais, de condições de vida antes exclusivas da classe média”.² Esta concepção refletia, até tardiamente, não apenas o prolongado *boom* econômico da guerra e do pós-guerra, mas, sobretudo, a ausência de revolução operária nos países capitalistas centrais no imediato pós-guerra, ausência que era atribuída à mudança qualitativa nas condições sociais e econômicas reinantes.

Longe pareciam ter ficado as constatações pessimistas de um dos pais da “sociologia do trabalho”, Georges Friedmann, em pleno período de crise econômica mundial, na década de 1930, quando, em obra pioneira, denunciava o “mito do progresso técnico” e titulava “O Afundamento”, o capítulo referido ao fim da *prosperity* dos anos 1920 (FRIEDMANN, 1936). A adoção do ponto de vista oposto, embora refletisse superficialmente as novas condições econômicas criadas pelo *boom* econômico, não deu lugar apenas à literatura superficial. Quer se aceitasse ou não a tese da “integração operária” (ou até a própria pertinência do debate), boa parte dos trabalhos produzidos nesse esteio continha um excepcional acúmulo de pesquisa.

Houve, por exemplo, um longo debate sobre os mecanismos de domesticação e anulação da consciência de classe pela sociedade capitalista de pós-guerra (rebatizada de “sociedade industrial”), que deram nova atualidade às reflexões feitas, em direções diferentes e no período de entre guerras, por Györg Lukács refletindo o aborto da revolução na Europa central durante a década de 1920, e pela Escola de Frankfurt, que na década de 1930 refletira sobre as razões para a classe operária não ter derrubado o capitalismo alemão, e de ter (setores dela, e importantes setores populares) apoiado o regime nazista: um dos últimos sobreviventes da geração fundadora dessa escola, Herbert Marcuse, ganhou celebridade na década de 1960 defendendo a tese do “aburguesamento” da classe operária e, em decorrência disso, do novo papel revolucionário reservado às

¹ Dentre muitos livros consagrados ao assunto podemos citar os de Frédéric Bon; Michel A. Burnier (1966; 1971); Carlos H. Waisman (1980); Pierre Belleville (1967a); assim como a seção “Classe ouvrière et capitalisme contemporain” In: **Arguments**, N. 4. [Révolution, classe, parti], Paris, UGE, 1978.

² Cf. Pierre Belleville (1967b, p. 18); lembremos que, no início do século XX, Rosa Luxemburgo se queixava de “certos professores socialistas que proclamam que o fato de que os proletários usem gravata, utilizem créditos e dirijam bicicletas são instâncias notáveis da sua participação no progresso cultural”.

“novas vanguardas sociais” (estudantes, marginais, etc.), tese que teve efêmera notoriedade no período prévio ao maio francês de 1968.

Na Europa, a tese do “aburguesamento operário” foi usada como álibi “sociológico” para todo tipo de políticas de conciliação de classe. Nos países periféricos, na América Latina em particular, a mesma tese foi o fundamento para a defesa da “vanguarda camponesa”, e para a política “foquista” que defendia o papel autônomo das vanguardas armadas. Instalada a crise econômica mundial, em meados da década de 1970, o raciocínio sociológico se pôs a realizar, na pena inclusive dos mesmos representantes da concepção precedente (como Alain Touraine ou André Gorz, para citar dois intelectuais bem conhecidos), um percurso diametralmente oposto, mas com iguais conclusões sociopolíticas.

Assim, se, nos anos 1950 e 1960, a classe operária não podia realizar nenhuma revolução por estar “integrada” ao sistema, nas décadas de 1980 e 1990 passou-se a afirmar que a classe operária estava simplesmente prestes a desaparecer: “A classe operária desaparecerá nos próximos vinte ou trinta anos, paralelamente com a extinção do trabalho assalariado, na concepção estrita da palavra - o que é algo absolutamente natural, dado os processos de automatização e robotização da produção e dos serviços”, escreveu o marxista polonês Adam Schaff. “É já impossível manter a concepção marxista clássica sobre a missão histórica da classe operária... O trabalho operário deixou de ser a principal força produtiva. A indústria reduz seus efetivos e não oferece empregos estáveis e permanentes, a não ser para uma minoria de trabalhadores polivalentes”, lhe fez eco André Gorz (1980).

Responsável por esse resultado seria a “terceira revolução industrial”, e sua consequência, as “novas tecnologias” (automatização, robotização), que traziam problemas inteiramente novos, na medida em que, potencialmente, eliminariam o trabalho humano na produção e nos serviços. A década de 1980 conheceu uma verdadeira enxurrada de trabalhos, acadêmicos ou não, sobre o assunto. As conclusões, em geral, já não viam nenhuma relevância na luta operária ou na luta de classe: “Os trabalhadores como coletividade começam a se conscientizar de que a capacidade de oferta de força de trabalho está deixando de ser o elemento social básico dos novos sistemas. O fundamental é que hoje, se os trabalhadores parassem, o sistema de produção já não pararia; até há bem pouco, quando eles paravam, o sistema também o fazia. Alguns pensadores preveem, inclusive, o desaparecimento da classe operária. Ao fato de que o operário clássico tenda a deixar de ser o motor central e único do sistema produtivo, temos de acrescentar a circunstância de que as máquinas inteligentes tendem a reduzir o tempo de trabalho, de forma que o trabalho disponível se converte num bem escasso e já não há opção a não ser reparti-lo. Isso implica na necessidade de uma profunda modificação das relações laborais” (GUERRA, 1993).

Segundo essas teorias, da exploração capitalista passar-se-ia à “exclusão social”, um conceito que ganhou enorme força na década de 1990. Quem formulou de maneira abrangente essa virada teórica foi Robert Kurz, teórico alemão para quem a crise iniciada em finais do século XX era responsável por um ponto de inflexão na história do capitalismo, que doravante já não mais operaria por “inclusão” de força de trabalho assalariada, mas por “exclusão” da mesma (isto é, já não mais tenderia à proletarização de contingentes mais vastos da população, mas sim à exclusão de cada vez mais pessoas do sistema produtivo). E isso era acompanhado pela “morte do socialismo” (isto é, da URSS e seus satélites), o que deixaria o mercado capitalista como única alternativa de organização social, e o que era reforçado pela complexidade econômica que se atingira com as “novas tecnologias da informação” ou NTIs (a defesa do socialismo passou a se restringir à afirmação de que “só uma economia com mercado e não de mercado pode integrar a complexidade do sistema econômico e social de nossa época”), tecnologias responsáveis, por sua vez, pela própria degradingada econômica dos “países com economia planejada”: as “novas tecnologias” seriam, assim, o demiurgo da eternidade do mercado.

Essas afirmações se completaram, para Kurz e seus seguidores, com a assertiva de que a nova situação tornava anacrônicas as teses centrais do marxismo, isto porque Marx teria ficado preso, na sua teoria sobre o capital, às categorias da “sociedade do trabalho”. Ora, já na metade do século XX, um dos criadores da cibernética contemporânea, Norbert Wiener, afirmara e demonstrara que com os meios técnicos *de então* a linha de montagem poderia ser substituída em menos de cinco anos por um sistema automático em toda a grande indústria do planeta, ou seja, que o desenvolvimento das forças produtivas sociais permitia a passagem para uma sociedade baseada na emancipação do trabalho. Marx & Engels (1998) postularam, um século antes, que o desenvolvimento produtivo trazia consigo a precariedade crescente do operariado, quando escreveram, no *Manifesto Comunista*, que “o aperfeiçoamento ininterrupto e cada vez mais rápido do maquinismo, torna a situação do operário cada vez mais precária”.

Determinismo tecnológico

Considerar as “novas tecnologias” como determinantes *independentes* do desenvolvimento e da mudança histórico-social significava render-se diante da mistificação ideológica, do *fetichismo do capital*, ou da *aparência* da sociedade capitalista, em que as forças produtivas sociais *aparecem* como forças produtivas do capital: “A ciência, como o produto intelectual geral do desenvolvimento social, apresenta-se aqui ao mesmo tempo como diretamente incorporada ao capital (...) o desenvolvimento geral da sociedade, enquanto é usufruído pelo capital contrapondo-se ao trabalho, apresenta-se como desenvolvimento do capital, e isto

tanto mais quanto para a grande maioria esse desenvolvimento acontece paralelamente ao desgaste da capacidade de trabalho” (MARX, *op. cit.*). Alguns autores denominaram “determinismo tecnológico” essa abordagem das “novas tecnologias”, afirmando que “dentro da tradição marxista existem, faz tempo, duas correntes: uma que considera a mudança em termos da luta de classes, e a outra que a concebe como o resultado do desenvolvimento econômico e tecnológico” (BONEFELD; HOLLOWAY, 1992).

Voltemos, por isso, ao *minimum minimorum* da questão. Na medida em que os produtos de seu trabalho separam-se dele e o dominam sob a forma de capital, no capitalismo todo trabalho *aparece* para o operário como tendo sido realizado pelo capital; o operário só teria realizado uma tarefa subordinada. Consuma-se assim seu acorrentamento total ao capitalismo, pois ao operário parece que só pode trabalhar *graças* ao capital. Produz-se então o fenômeno do fetichismo mercantil desenvolvido até suas últimas consequências na era capitalista: o que é uma *relação social entre homens* (trabalhadores assalariados e capitalistas) aparece como se fosse uma *coisa* (o capital) que domina os homens; aos operários porque lhes parece que não poderiam trabalhar sem ele, e ao capitalista porque só conta socialmente enquanto *personificação do capital*. O capital aparece como uma *coisa*, não como uma relação social, sem a qual o processo de trabalho seria impossível. Com isto consegue dois objetivos: a) ocultar a relação social entre explorador e explorado, que se encontra na sua base, b) criar a ilusão de que é eterno ou atemporal, posto que, sem ele, não se poderia trabalhar socialmente.

Daí a importância da distinção conceitual e, paralelamente, da unidade entre *processo de trabalho* e *processo de valorização* no regime capitalista. A separação abstrata de trabalho e valorização, derivando de uma apreciação unilateral do primeiro o julgamento histórico sobre o desenvolvimento capitalista, permitiu considerar, em função de uma consideração abstrata (isolada) das “novas tecnologias”, um período de máxima “criatividade” do capitalismo. A questão das novas tecnologias, no entanto, deveria ser vista, no quadro da crise capitalista, como uma tentativa do capital de se adaptar às condições de sua própria crise e, ao mesmo tempo, de sair dela através do método da recomposição da taxa de lucro por meio do aumento da mais-valia relativa, ou seja, do aumento da composição orgânica de cada capital individual e, em decorrência, do capital social.

No quadro capitalista, as “novas tecnologias” não sinalizaram a tendência para o “fim da sociedade do trabalho”, o que era já comprovado pelo paradoxo de que, no período de máximo avanço técnico, a perspectiva do fim da sociedade do trabalho convivesse com o aumento extensivo de jornadas de trabalho e a ressurreição de formas antediluvianas de exploração da força de trabalho, como a terceirização, que reviveu em grande escala a forma do salário por peça. A questão posta pela tecnologia da informação, e a decorrente contratação de trabalho por fora da empresa, precisava ser posta no marco de que este fenômeno era secundário em relação às demais causas da terceirização, que significava, antes do

mais, uma regressão absoluta nas relações trabalhistas, um processo de intensificação do uso de capital fixo, de centralização de capitais e de destruição de forças produtivas nas áreas econômicas e nas empresas, públicas ou privadas, perdedoras.

A situação do “capitalismo (super) tecnológico” se pareceu, logo de cara, bem pouco com a “utopia informacional”, e bem mais com uma “anti-utopia”: “O capitalismo chega ao fim de sua missão histórica e o desenvolvimento das forças produtivas alcança o ponto em que complexos automáticos substituem os trabalhadores das oficinas, além dos trabalhadores de escritório. O mesmo movimento que leva a produtividade do trabalho a seu ponto culminante implica, também, na mesma medida em que ele se realiza na queda absoluta do trabalho assalariado. O capitalismo se encontra assim engajado numa nova etapa histórica na qual a necessidade de reduzir o tempo de trabalho necessário provoca o recuo gradual do mercado, de sorte que a desproporção entre as capacidades de produção do sistema e as capacidades de consumo da sociedade evoluem em direção de um paroxismo (...) A automação traz a inadequação das relações de produção a um tal grau que a persistência dessas relações leva ao estrangulamento da produção e à decomposição da sociedade. Ao contrário do maquinismo, que havia inaugurado um deslanche do crescimento das forças produtivas capitalistas, a automação constitui uma tecnologia destrutiva dos pressupostos da produção capitalista. Ela coincide com o momento em que o capitalismo realiza e esgota sua função histórica, e coloca um ponto final no crescimento das forças produtivas enquanto capital (...)

“Mas, dizer que a generalização da automação marcará os limites históricos do modo de produção capitalista não significa nem que o sistema se encontra irreversivelmente engajado num processo ao final do qual as relações capitalistas de produção se autodissolveriam necessariamente, nem que a automação ficará limitada a alguns setores do aparelho produtivo capitalista sem atingir jamais o estágio em que sua extensão provocaria desequilíbrios estruturais insuperáveis pelo regime capitalista. A automação é incentivada, antes de mais nada, pela concorrência e luta de classes, sendo que ela conduz, ao mesmo tempo, a concorrências cada vez mais violentas e a lutas de classe de conteúdo bem mais radical do que aquelas que até o presente marcaram o desenvolvimento do capitalismo, na medida em que elas implicam numa retomada da questão do princípio mesmo da dominação do capitalismo sobre a produção e a vida social” (SOUYRI, 1983, p. 248, 251, 255).

Destarte, não deveria ser um paradoxo a coexistência entre globalização, blocos comerciais e nacionalismo, automação e jornadas de trabalho elevadíssimas (por exemplo, no Japão). Alguns teóricos que se elevaram acima da história concreta não perceberam que a sociedade do tempo livre é uma possibilidade criada e negada pelo capitalismo ao mesmo tempo. Um novo patamar de acumulação de capital não dependeria unilateralmente de um “determinismo tecnológico”, nem

da chamada “estrutura social de acumulação”, entendida como uma combinação específica de modo de produção, distribuição, consumo e “organização social do trabalho”, onde o primeiro conceito ficaria subsumido nos “conceitos mediadores”, transformados em preponderantes. Ela dependeria de uma determinada resolução do *conflito de classes*, que garantiria (ou não) que a taxa de exploração e de mais-valia fosse situada em determinado nível.

Afirmou-se, porém, a existência de uma “nova estrutura social de acumulação” (ou “nova ordem” econômica e produtiva) denominada “pós-fordismo”, que teria sucedido à esgotada estrutura “fordista” (caracterizada pela linha de montagem fabril). A nova ordem, o pós-fordismo, foi definida por: novos métodos de produção baseados na microeletrônica; práticas de trabalho flexíveis; posição muito reduzida dos sindicatos na sociedade; nova e mais marcada divisão da classe trabalhadora, entre trabalhadores centrais e periféricos; um grau maior de individualismo e diversidade social; domínio do consumo sobre a produção, etc. Robert Boyer (1986) caracterizou que o *boom* de pós-guerra estava baseado, não em um dado resultado da luta de classes mundial, mas “na implementação de um sistema técnico e econômico original”. A crise desse sistema (“fordismo”) teria estado vinculada à “dificuldade cada vez maior em obter um aumento da produtividade”, ao “crescimento gigantesco das unidades de produção” e à “rigidez” decorrente, à “redução das margens de lucro”, à “mudança importante no modelo do emprego”.

Essa construção teórica foi baseada numa imagem do período econômico anterior à crise (o *boom*, os chamados “trinta anos gloriosos” do capital, entre 1945 e 1975) calcada no conceito de fordismo: uma determinante técnico-econômica que teria sido o demiurgo de toda a realidade histórica do pós-guerra. Williams e Cutler (1989), porém, se perguntaram se “alguma vez o fordismo foi mesmo dominante”, enquanto Linn (apud WOOD, 1989) pontuou que “uma linha de montagem só pode constituir *uma* parte da produção: até mesmo nas indústrias mais voltadas para a linha de montagem, há provavelmente tantos indivíduos nela quanto fora dela”. Substituir o *capitalismo* pelo “fordismo”, significava criar uma categoria *ex post facto* para evitar considerar a crise econômica, evidente a partir de meados da década de 1970, como uma crise *do capitalismo*, e considerá-la como uma crise de uma manifestação particular daquele.

Uma variante dessa abordagem foi defendida por Rod Coombs, que, inspirando-se nas teorias de Ernest Mandel (1986), buscou vincular as mudanças tecnológicas e a organização do trabalho aos chamados “ciclos longos” do desenvolvimento capitalista, os quais estariam “nas origens das transformações revolucionárias dos processos de trabalho. Em nossa opinião, eles têm sua origem nos esforços por parte do capital em eliminar os obstáculos crescentes a um novo aumento na taxa de mais-valia no período anterior. Consequentemente, mais uma vez, estabelece-se uma conexão direta com o movimento rítmico a longo prazo da acumulação de

capital e a tendência crescente (ou decrescente) para mudanças *radicais* na organização do trabalho” (COOMBS, 1985).

Ora, os obstáculos apontados (obstáculos para o incremento na taxa de mais-valia) agem também (e principalmente) nos “ciclos curtos” (equivalentes às “crises cíclicas” do capital tal como foram estudadas por Marx). A vinculação dessas tendências só com os chamados “ciclos longos” significava emancipá-la das condições gerais da crise capitalista. As teorias dos ciclos longos consideram-nos como tendências seculares da acumulação, não como mecanismos de crises periódicas.

Crise capitalista e trabalho

De um modo geral, a tendência curiosamente “marxista” de emancipar a crise econômica da estrutura teórica defendida por Marx – a crise do capital se verifica na esfera da circulação, mas se origina na esfera da produção, para onde volta depois de sua manifestação inicial - remontou à década de 1970, em autores que começaram a separar a crise do processo de valorização do capital para situá-la só no processo de trabalho. Para isso, foi necessário apresentar o capitalismo como um modo de produção cujas etapas se definiam a partir do processo de trabalho, e não da unidade do processo de trabalho com o processo de valorização: “O desenvolvimento capitalista é representado como um processo de sucessivos *sistemas de subsunção real do trabalho* no capital. A ciência, a tecnologia e a técnica são todas meios para alcançar esta meta; aumentam as potências para extrair valor, mas, para que possam alcançar esta meta, necessita-se de mudanças de amplo alcance na organização social do trabalho dentro da empresa capitalista assim como na *forma de vida* fora da empresa” (ALTVATER, 1982).

A partir dessa premissa, só foi necessário um passo para apresentar a crise como situada exclusivamente no processo de trabalho (ou, mais amplamente, na esfera da produção) emancipando-a das leis mais gerais da acumulação capitalista e transformando-a num fenômeno *subjetivo*, dependente ora da criatividade capitalista, ora da sua percepção pelos trabalhadores. Era uma unilateralidade “marxista” afirmar que “uma crise capitalista é sempre a manifestação do fracasso de um padrão de subordinação do trabalho, é sempre a manifestação da insuficiência da subordinação existente, a manifestação do poder do trabalho contra e dentro do capital” (HOLLOWAY, 1990, p. 163).

As leis gerais da acumulação capitalista ficariam assim abolidas, e a *crise do capitalismo* (ou seja, a crise do *modo de produção*, unidade de *processo de trabalho* e *processo de valorização*) poderia ser substituída pela “crise do fordismo”, situada exclusivamente na esfera do trabalho: “A crise na organização fordista do trabalho expressa pelo alto índice de absentismo e *turnover* (1968-1974) recolocou para o

capital a questão da reestruturação do trabalho, a fim de obter a *adesão* dos trabalhadores” (HELOANI, 1994, p. 95). “Da mesma forma que o taylorismo/fordismo materializou os princípios mecânicos do regime de acumulação da produção em massa, ele passa agora a materializar na queda das taxas de produtividade os limites sócio-técnico-econômicos do processo de organização do trabalho mecanizado” (TORRES Jr., 1994, p. 63).

Nessa versão, a crise não seria do capital, mas do “trabalho mecanizado”. A saída para a crise não seria social, mas tecnológica: a microeletrônica, associada aos novos métodos de gestão e de organização do trabalho (que decorreriam, por sua vez, daquela). A crise passou a ser vista como uma “mudança de paradigma” ou como a manifestação de “amplas e profundas transformações na forma de produzir desde, pelo menos, o final dos anos 1970, o significado das quais é uma gradual substituição do paradigma tecnológico, ou do modelo de industrialização, prevalecente desde o início deste século no mundo ocidental” (NUNES LINS, 1993). Benjamin Coriat, no entanto, aconselhava prudência a respeito: “Tenhamos presente que o movimento no sentido das novas tecnologias não é o único movimento do capital, e que há movimentos regressivos, no sentido das condições iniciais do fordismo perdidas nos países centrais” (CORIAT, 1987). O autor chamou isso de “fordismo periférico”.

Mas combinar um “pós-fordismo central” com os “fordismos periféricos” só complicava o esquema, sem resolver seus problemas metodológicos. Daí o sucesso do esquema oposto: apresentar o “toyotismo” (e seus derivados: a “qualidade total”, o *kanban* e o *just-in-time*) como saída universal, válida para o mundo todo. A microeletrônica seria a “base tecnológica” do toyotismo, assim como a linha de montagem o fora do fordismo: era esquecer que a base da acumulação do capitalismo japonês de pós-guerra fora um determinado resultado provisório da luta de classes, com a derrota do movimento operário independente (para o qual contribuiu a ocupação do país pelos EUA no pós-guerra, depois das bombas atômicas lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki) (MOORE, 1983) e a integração dos sindicatos ao Estado e à própria empresa capitalista japonesa: “Os próprios sindicatos se integraram cada vez mais na estrutura supervisora da empresa, convertendo-se em sócios do capital e cooperando com a iniciativa privada no esforço japonês de competir nos mercados internacionais” (HALLIDAY; MCCORMACK, 1975, p. 223; ver também PALA; FILOSA, 1995; ICHIYO, 1995).

A “participação sindical” na gestão empresarial no Japão era um aspecto decisivo, que subordinava os processos de trabalho do “modelo japonês”, o que fez um estudioso protestar contra a sua generalização abusiva e até contra a sua validade: “Eu me arriscaria a dizer que, tal como é descrito, esse modelo já me parece banal. Não somente por ter um ar de algo já visto, já conhecido, mas sobretudo porque, apesar de sua eficiência - o que tentaríamos à exaustão igualar em seu próprio campo - esse modelo elude as questões centrais das pesquisas atuais sobre gestão”

(ZARIFIAN, 1993, p. 31). Quando se analisou o diferenciado “modelo sueco” destacou-se que “o fato de que os sindicatos tivessem conquistado o poder de interferir em praticamente todas as decisões que diziam respeito à produção, e a possibilidade efetiva de participar das decisões relacionadas à introdução das novas tecnologias, gerou o florescimento de uma concepção sindical altamente favorável às inovações tecnológicas como forma de garantir a competitividade das indústrias suecas” (LEITE, 1991, p. 160).

Os “novos modelos de gestão” não resistiram à dura realidade dos fatos. Um dos “modos de gestão” típicos do “toyotismo” (o *just-in-time*) não os resistiu: a 30 de março de 1993, o *Financial Times* anunciou que, no Japão, “os fornecedores (de matérias primas e insumos) atingidos pela recessão não podiam continuar enfrentando por muito mais tempo o envio regular de só pequenas provisões aos consumidores”. A depressão econômica japonesa estraçalhou os “eficientes” modelos de gestão. As análises citadas acima possuíam um defeito metodológico fundamental: o chamado pós-fordismo era uma criação teórica artificial que tentava formalizar abstratamente traços específicos de uma economia nacional, ou de várias, diluindo seu caráter capitalista e, portanto, suas leis de funcionamento. Partindo dessa categoria estabeleciam-se diferenciações específicas entre Alemanha, Japão ou EUA, se desconhecendo o caráter internacional da pressão patronal pelo aumento de controle no processo de trabalho, e as básicas semelhanças mundiais do capitalismo.

A tendência para um “desemprego estrutural”, por sua vez, caracterizou a história toda do capitalismo, sendo enunciada como *lei* da acumulação capitalista em *O Capital* (MARX, *op. cit.*): “A acumulação capitalista produz constantemente, em proporção a sua intensidade e extensão, *uma população operária excessiva para as necessidades médias de exploração do capital*, isto é, uma população operária remanescente ou excedente”. Marx, como se sabe, denominou essa “população operária excessiva” de *exército industrial de reserva*.³ Com a crise econômica mundial, esse “exército” atingiu proporções nunca vistas no passado.

Em 1985, o desemprego mundial estava estimado em mais de 800 milhões de pessoas (para uma população economicamente ativa mundial estimada pela OIT, em 1986, em dois bilhões de pessoas). Nos países centrais (Europa, Japão e EUA) o desemprego superava largamente os 40 milhões de pessoas. Isto não tinha apenas um efeito destrutivo sobre os salários – com salários reais em queda, e muito mais em queda a participação relativa dos salários nas rendas nacionais e na

³ “Toda forma de movimento da indústria moderna nasce, portanto, da transformação constante de uma parte da população trabalhadora em desempregados ou parcialmente empregados” (MARX, *op. cit.*). A importância de ter permanentemente à disposição uma população supérflua é promover uma pressão para abaixar o salário de toda a mão de obra. Maior acumulação requer mais trabalho, não mais trabalhadores empregados. O capitalista procura extrair o máximo de trabalho do menor número possível de trabalhadores.

renda mundial –, mas também sobre a própria segurança e estabilidade no emprego. O crescimento do trabalho temporário e/ou precário foi muito mais veloz do que o crescimento do emprego em geral (que, em dados momentos e países, teve tendência para a queda em termos absolutos). Um informe da OIT revelou a extensão mundial da precariedade: “Cabe considerar como protegidos socialmente uns 800 milhões de trabalhadores de uma população ativa mundial de quase dois bilhões. Os 1,15 bilhões restantes - isto é, 60% da população ativa total - não estão protegidos no que se refere ao seguro social básico nem à legislação trabalhista” (CONFERENCIA INTERNACIONAL DEL TRABAJO, 1986, p. 5).

A maioria dos afetados por essa tendência pertencia aos países do chamado “Terceiro Mundo” (segundo o mesmo informe, careciam de proteção social ou trabalhista 77% dos trabalhadores da Ásia e 84% dos da África), mas se estendia também aos países do “Primeiro Mundo”, a começar pelos EUA, onde “nos anos 1970 o pobre era quem não tinha trabalho, mas, hoje, parcela não desprezível dos pobres são empregados” (MEDEIROS, 1994). Robert Reich, secretário de Estado, descreveu a precariedade da situação trabalhista nos EUA: “A maioria dos novos empregos na economia americana não tem futuro. Os salários não aumentam com a experiência. Esses empregos têm pouco, ou nenhum, benefício. Quase não há estabilidade. A maioria dos americanos que se encontram em empregos como esses não têm proteção contra um acidente incapacitante, um ataque cardíaco, uma doença ou uma demissão súbita” (REICH, 1984, p. 208).

Na Espanha, também, em 1986, 17% dos contratados eram temporários; em 1990, essa percentagem atingia quase 34%: “Para centenas de milhares, senão para milhões de trabalhadores do Sul, o desemprego, mesmo que não seja quantificável, é massivo e estrutural, ele é sofrido durante uma vida inteira” (BILBAO, 1993, p. 76). Constatando os vazios nas estatísticas sobre volume de trabalho do informe publicado pela OIT em 1992, Jean Changeux (1993) afirmou que “esse informe anuncia um desemprego de 31% em Botsuana, de 23% na Etiópia e de 22% na Somália. Na América Latina o subemprego e desemprego afetam 40% da população economicamente ativa... O trabalho não estruturado ou informal ocupa aí o lugar principal como esponja da mão de obra. Em 1991, o trabalho não estruturado, de acordo com o informe da OIT para a Conferência Internacional do Trabalho, representava dois terços do emprego na África setentrional é mais da metade na Ásia: entre 1980 e 1987, aumentou 56% na América Latina”.

Mas esse panorama não se limitava aos países “do Sul”. Ele também afetava os países “do Norte”. Segundo outro informe da OIT, de janeiro de 1993, o desemprego aumentara de 7,4% em 1991 para 8,4% em 1992, nos países da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, grupo dos “países desenvolvidos”). Em 1992, de acordo com as cifras oficiais, houve nessa área econômica três milhões de novos desempregados, o que elevou para 32 milhões o número de desempregados na OCDE. Nos países considerados como

modelos de “economia social”, como a Suécia, o desemprego passou de 2,5% em 1991 para 6,5% em 1993. Na Espanha, o desemprego era em 1992 de 16%, mas de 31% entre os jovens. Na Itália, o desemprego era de 11%, o dos jovens de 38%. Essas cifras não refletiam toda a realidade, pois a percentagem de trabalhadores de meio período, precários, nos chamados “países industriais com economia de mercado”, cresceu 30% na década de 1980. Informes oficiais de 1993 estimavam em dois milhões o número de trabalhadores precários na França, sem contar os jovens com trabalho a tempo parcial, e um desemprego oficial de três milhões de pessoas.

Na Espanha, onde havia oficialmente três milhões de desempregados, existiam quatro milhões de trabalhadores precários. Em Portugal, membro da muito avançada Comunidade Econômica Europeia, ainda não transformada em União Europeia, havia, segundo um informe da UNESCO, 200 mil crianças trabalhando. Na própria França, também segundo informes governamentais do período entre 1982 e 1990, o trabalho precário aumentara 100,3%, enquanto o número de assalariados só aumentara 0,7%. Em 1988, os mesmos informes estabeleciam que para 8,5 milhões de jovens entre 16 e 25 anos, 1,3 milhões exerciam um trabalho precário, sem contar aqueles submetidos ao que se chamava de “estágio de inserção”, e havia mais de um milhão de jovens desempregados, também fora dos estudos. Nos EUA, a percentagem de “pobres” atingiu 14,2% da população em 1991, ou seja, 35,7 milhões de pessoas. No Brasil havia, em 1993, 62 milhões de pobres e indigentes, mais do que um terço da população total, segundo cifras do IPEA.

As migrações internacionais, legais e ilegais, e sua consequência imediata, o trabalho “informal” (ou trabalho “em negro”), faziam parte integral desse quadro de situação, e aproveitavam a situação de desemprego e deterioração salarial existente nos países do “Terceiro Mundo” para fornecer mão de obra semiescrava no “Primeiro Mundo”. Na Alemanha, o mercado do trabalho “flexível” representava, já na década de 1990, entre 10% e 35% da mão de obra, de acordo com o setor produtivo. Ao mesmo tempo, entre 1982 e 1990, em plena crise, os lucros reais na Alemanha aumentaram de 1,224 bilhões de DM para 1,896 bilhões de DM: mais do que diante de uma “lógica da exclusão”, estávamos diante de uma “lógica da inclusão flexível”.

Para os EUA, Peter Gutman, pesquisador da Universidade de Nova York, calculou que a “economia submergida” fosse equivalente a 10% do PIB dos EUA: 4,5 milhões de pessoas (e suas famílias) viviam de empregos ditos “negros” (HANDY, 1986, p. 72). Bolsões de pobreza se criaram nos países avançados em função da imigração ilegal: nos EUA, as detenções de “indocumentados” superaram o número de 700 mil anuais, enquanto nas regiões da fronteira sul os salários eram sensivelmente mais baixos do que no restante do território (SAUVY, 1985, p. 166). Noutros países, no Brasil, por exemplo, o trabalho ilegal adotou nas áreas rurais (mas crescentemente também nas urbanas) a forma mais direta do

trabalho escravo. O caso mais espetacular, porém, eram as “economias petroleiras” do Golfo Pérsico (Arábia Saudita, Iêmen, Omã, Emirados Árabes Unidos, Qatar, Bahrein e Kuwait) nos quais a força de trabalho incrementou-se de 4,437 milhões em 1970, para 13,582 milhões em 1995, dos quais 66% era composta de trabalhadores estrangeiros (com um pico de 89% nos Emirados Árabes Unidos), submetidos a regimes trabalhistas e salariais não raro atrozes.⁴

Teorias da automação

Da tendência dos setores economicamente mais concentrados do capital para combater a queda da taxa de lucros através do aumento da composição orgânica do capital (que tomou, nesse período, a forma principal da informatização dos processos de trabalho), diversos autores deduziram a tendência para o “fim do proletariado”. Para Roger Drapes, “a robótica, tal como a máquina a vapor e a eletricidade, está destinada a tornar-se parte de uma revolução industrial - ela reúne o projeto, a manufatura e a comercialização num fluxo único de informação que nos permitirá automatizar quase tudo que não quisermos fazer por nossas mãos”. Com maiores nuances, Benjamin Coriat apontou elementos históricos a respeito do processo de automação: “As inovações tecnológicas atuais estão criando uma mudança de grandes dimensões e com rupturas qualitativas. A automação que se está vendo hoje em dia não continua a tendência das aplicações passadas. As aplicações anteriores, que começaram nas décadas de 1950 e 1960, correspondiam principalmente às indústrias de processo contínuo: petroquímica, vidro, cimento e outras. A nova tendência de automação da década de 1970 corresponde às indústrias de processos diretos, isto é, a produção em série. A atual automação não só se refere às novas tecnologias, mas também à sua aplicação nos setores de produção em série que tradicionalmente utilizavam de forma intensiva a mão de obra: plantas automotrizes, fábricas têxteis e de outros bens de consumo duráveis” (CORIAT, 1987).

As câmaras patronais do “Primeiro Mundo”, no entanto, estimaram em 5% dos empregos industriais aqueles que poderiam ser diretamente substituídos pela informatização ou pela automação. O crescimento proporcionalmente maior do setor de serviços em relação ao setor industrial, no Primeiro Mundo, e a proporcionalmente maior informatização daquele, fazia esquecer que, *mundialmente*, isto se compensava pelo deslocamento industrial em direção do Terceiro Mundo, na procura de menores salários, isto é, de uma maior taxa de exploração e de miséria. Nos EUA, “em 1981 era possível que 15% das importações norte-americanas de manufaturas, 22% das importações provenientes dos países em

⁴ Cf. estatísticas do BIT (*Bureau International du Travail*); ver também Stalker (1995).

desenvolvimento, e percentagens muito maiores das importações de certos produtos de vestuário e eletrônica, tivessem sido 'maquiladas' no exterior” (GRUNWALD; FLAMM, 1985, p. 19).

Não se tratava apenas da “maquila” estrangeira, do deslocamento, por assim dizer, do proletariado industrial para a periferia. O crescimento do setor serviços, no Primeiro Mundo e, em grande parte, também no restante do planeta, foi realizado a expensas principalmente do setor agrário, não do setor industrial, que manteve, no quadro da crise econômica mundial, uma percentagem mais ou menos constante na economia geral: do ponto de vista do proletariado, isto significava que, no contexto da mão de obra global, “seu declínio *relativo* aconteceu no quadro de um incremento *absoluto* da força de trabalho industrial”: “em escala mundial, existem mais trabalhadores industriais do que em qualquer período da história” (KELLOG, 1987).

Noutro diapasão, diversas elaborações teóricas atribuíram ao trabalho uma perda de centralidade na produção do valor. Se processaria na esfera do conhecimento científico uma desconstrução dessa categoria enquanto fonte da riqueza material e do seu papel simultâneo de afirmação e negação do capital; nesse cenário surgiram estudos que falaram em “desaparição do trabalho” (Domenique Méda), em “adeus ao proletariado” (Gorz), em “perda da centralidade do trabalho” (Offe) e em “fim do trabalho” (Kurz). Esse grupo de autores teve em comum o pressuposto da diluição do antagonismo entre trabalho e capital e, conseqüentemente, da diluição do trabalho enquanto força social capaz de criar as condições de sua superação.

No *Manifesto contra o Trabalho*, elaborado por um grupo (*Krisis*) de seguidores das ideias de Roberrrt Kurz, capital e trabalho foram definidos como pertencentes ao mesmo fim, “dois lados da mesma moeda”: trabalhadores e capitalistas seriam “servos do deus-trabalho, meras elites funcionais de um fim social em si mesmo irracional” (GRUPO KRISIS, 1999). Também se eliminava no plano da consciência a contradição entre capital e trabalho e, desta forma, a força de negação do capital pelo trabalho. Habermas, Gorz e Offe sublinharam que as tendências estruturais da sociedade pós-industrial punham em xeque o trabalho como elemento fundador da sociabilidade humana, como intercâmbio perene dos homens com a natureza, como substrato do homem social. Da negação do trabalho como protoforma da atividade humana, criador de valores de uso e ponto de partida para o reino da liberdade, chegou-se à crítica à luta de classes e ao potencial anticapitalista e revolucionário do proletariado contemporâneo.

O Grupo *Krisis* partiu da tese de que a sociedade dominada pelo trabalho não passava por uma simples crise passageira, mas alcançara seu limite absoluto, porque a produção de riqueza desvinculava-se cada vez mais, na sequência da revolução microeletrônica, do uso da força de trabalho. A crítica radical da sociedade centralizada na abstrata irracionalidade do trabalho e até no trabalho como elemento definidor do homem social tornava-se, no quadro da “crise da

sociedade do trabalho”, ridícula: “A esquerda política sempre adorou entusiasticamente o trabalho. Ela não só elevou o trabalho à essência do homem, mas também mistificou o trabalho como pretensão anti-princípio do capital. O trabalho não era o escândalo, mas apenas sua exploração pelo capital. Por isso, o programa de todos de todos os «partidos dos trabalhadores» foi sempre «libertar o trabalho» e não «libertar do trabalho». A oposição social entre capital e trabalho é apenas uma oposição de interesses diferenciados (é verdade que de poderes muito diferenciados) internamente ao fim em si mesmo capitalista. A luta de classes foi a forma de execução desses interesses antagônicos no seio do fundamento social comum do sistema produtor de mercadorias”.

Quanto ao papel histórico do movimento operário: “O movimento clássico dos trabalhadores, que viveu a sua ascensão, somente, muito tempo depois do declínio das antigas revoltas sociais, não lutou mais contra a impertinência do trabalho, mas desenvolveu uma verdadeira identificação com o aparentemente inevitável. Ele só visava a «direitos» e melhoramentos internos à sociedade do trabalho, cujas coerções já tinha amplamente interiorizado”. Haveria, pois, uma identidade lógica entre capital e trabalho enquanto categorias sociais funcionais de uma forma fetichista social comum. O *Manifesto contra o Trabalho* revelava, também, um saudosismo romântico em relação às formações sociais pré-capitalistas: “Nas antigas sociedades agrárias existiam as mais diversas formas de domínio e de relações de dependência pessoal, mas nenhuma ditadura do *abstractum* trabalho. As atividades na transformação da natureza e na relação social não eram subordinadas a um «gasto de força de trabalho» abstrato: ao contrário, estavam integradas num conjunto de complexo mecanismo de normas prescritivas religiosas, tradições sociais e culturais com compromissos mútuos. Cada atividade tinha seu tempo particular e seu lugar particular, não existia uma forma de atividade abstrata e geral”.

Em consequência, numa formação social supostamente não mais assente na luta de classes, a superação do trabalho tornar-se-ia não política, pois a finalidade da política só poderia ser a conquista do aparelho de Estado para dar continuidade à sociedade do trabalho. Assim, ao invés da ação política, “os inimigos do trabalho almejam a formação de uniões mundiais de indivíduos livremente associados, para que arranquem da máquina de trabalho e valorização que gira em falso os meios de produção e existência tomando-os em suas próprias mãos... Em lugar da produção de mercadorias entra a discussão direta, o acordo e a decisão conjunta dos membros da sociedade sobre a utilização sensata dos recursos. A identidade institucional social entre produtores e consumidores, impensável sobre o ditado do fim em si mesmo capitalista, será construída. As instituições alienadas pelo mercado e o Estado serão substituídas pelo sistema em rede de conselhos, nos quais as livres associações, da escala dos bairros até a mundial, determinam o fluxo de recursos conforme pontos de vista da razão sensível social e ecológica”.

O inspirador desse texto fez uma revisão dos contornos da crise do capital, do movimento operário, da luta de classe, das revoluções proletárias e, em particular, de uma “ontologia errônea do trabalho, que não foi compreendido como elemento e parte integrante do sistema fetichista da mercadoria, mas sim de forma quase bíblica (isto é, protestante), como essência eterna da humanidade que apenas externamente foi violentamente modificada pelos sujeitos «exploradores», os capitalistas” (KURZ, 1992, p. 48). Tanto no texto de Robert Kurz como no *Manifesto* do Grupo *Krisis*, estava ausente qualquer definição coerente de trabalho. Em um momento pareciam identificar sua crítica ao trabalho abstrato, noutro ao trabalho concreto, produtor de valores de uso e fundamento da sociabilidade humana, sem considerar que o trabalho separa o ser social das outras esferas do ser. O salto da esfera orgânica para a esfera do ser social não pressupõe o desaparecimento da primeira, pois para que os atos singulares aconteçam é necessária a troca contínua e não eliminável do homem com a natureza, pela via do trabalho.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças, põe em movimento as forças naturais de seu corpo a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Assim, a transformação do mundo através de atos postos pelo ser social, diferencia-se tanto do repor o mesmo da reprodução da vida na esfera biológica, como do tornar-se outro do ser inorgânico. O homem não se diferencia *na* e *da* natureza apenas por suas propriedades biológicas, mas também por propriedades sócio-históricas, que têm seu fundamento no trabalho. Na transformação da realidade objetiva pelo homem social (que, nesse processo, transforma a si mesmo) reside a resposta para a indagação do que é o homem, seu surgimento e desenvolvimento: o processo da criação, do ponto de vista do homem, é um processo de autocriação (SCHAFF, 1987).

A ruptura entre o ser biológico e o ser social ocorre pela capacidade peculiar do homem de transformar o mundo, através de atos conscientemente orientados: o que distingue a ação da natureza e dos seres biológicos, de uma maneira geral, da ação do homem, é o *trabalho*. O que diferencia, em última instância, o trabalho do homem da atividade dos outros animais é que aquele projeta na mente o resultado final do seu trabalho, imprimindo-lhe determinada finalidade. Na famosa e tantas vezes citada imagem (MARX, *op. cit.*): “O que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador”.

O trabalho é o momento fundador da sociabilidade humana, embora nem todos os atos humanos possam ser redutíveis a atos de trabalho. Mas é o trabalho que assinala a passagem, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser

social. Mas, para os «inimigos do trabalho», “trabalho não é, de modo algum, idêntico ao fato de que os homens transformam a natureza e se relacionam através de suas atividades. Enquanto houver homens, eles construirão casas, produzirão vestimentas, alimentos, tanto quanto outras coisas, criarão filhos, escreverão livros, discutirão, farão hortas, música etc. Isto é banal e se entende por si mesmo”. Ora, o conhecimento científico e sem véus do real exige a superação das coisas evidentes “por si mesmas”, que se mostram aparentemente sem história e sem fundamento no mundo caótico. O capitalismo revelou a humanidade como totalidade concreta de complexos, alicerçados no trabalho e em suas objetivações, obedecendo a uma racionalidade determinada (COSTA, 2001).

A divisão capitalista do trabalho, centralizada na produção de mais-valia, favorece o desenvolvimento de habilidades parciais enquanto suprime possíveis capacidades. O conhecimento, a vontade e a inteligência do trabalhador são constantemente reprimidos, limitados e expropriados pelo capital, concentrados na tecnologia e na organização do trabalho. O processo de produção, que tem sua força motriz no trabalho, volta-se contra o trabalhador como algo estranho que o domina. O trabalhador aliena-se. No entanto, se o trabalho, principalmente sob o capitalismo, afeta negativamente o homem ao mesmo tempo em que o produz vitalmente, é porque ele possui uma dimensão mais profunda do que a simples produção de valores orientados pela lógica do capital.

O trabalho não pode ser reduzido a uma visão distorcida de trabalho abstrato, unilateralidade radical que nega qualquer possível superação do capital. Daí a crítica, que beirou o desprezo, dos «inimigos do trabalho» ao movimento operário. Negando-se a reconhecer a dimensão concreta do trabalho, que produz o homem dentro de determinadas condições históricas, mesmo alienado ou «coisificado», o homem continua um ser ativo que cria e se autocria - negava-se a possibilidade de emancipação como produto da ação coletiva dos homens e de uma classe em especial, o proletariado. Para o Grupo *Krisis*, o movimento operário não poderia superar o capital porque foi constituído pelo próprio capital; sua afirmação conduziria não à emancipação do capital senão para o capital, pois trabalho e capital seriam dois lados da mesma moeda: anulava-se assim o papel da luta de classes, das forças sociais na história, acabava-se com a própria história como produto da ação humana.

Sem luta de classes, nas teses de Robert Kurz estava pressuposta a possibilidade de que a intelectualidade (os supostos potenciais portadores da “razão sensível”) fosse a substituta das classes sociais na transformação social. Isto se devia, claro, a que “o intelectual tende a resistir à ameaça que visa constantemente transformar todo bem material ou cultural, todo sentimento, todo princípio moral, toda emoção estética em uma mercadoria, em uma ‘coisa’ trazida ao mercado e vendida por seu justo preço” (LÖWY, 1998). À medida que resistem à valorização do capital, os intelectuais se aproximam de um sentimento anticapitalista. Mas, se não evoluem para a compreensão do processo histórico são conduzidos a um protesto

romântico e inócuo: as teses fundamentais do Grupo *Krisis*, apesar de expressarem angústia com a estrutura do capitalismo moderno, não conseguiram romper com as categorias de uma racionalidade abstrata, com uma nostalgia de um passado pré-capitalista e com uma espécie de aversão aristocrática à ação das massas anônimas.

Reorganização espacial

Outro conjunto de pesquisas que se tornou referência a respeito do mundo do trabalho, não mais no sentido do seu *fim*, preocupou-se em apreender suas metamorfoses, isto é, sua nova reorganização no pós-regime de acumulação fordista. Segundo Benjamin Coriat, o sistema “Toyota” ou *obnismo* constituiria um sistema de inovações na organização do trabalho, tão significativo como noutra época o foram as inovações na organização criada pelo taylorismo e pelo fordismo. Coriat resgatou a possibilidade do *toyotismo* ser capaz de restabelecer um sistema de regulação social que, aumentando a produtividade, incluiria os trabalhadores num novo compromisso, antes conseguido com o fordismo-taylorismo. Uma característica marcante do toyotismo seria seu caráter flexível, que se percebe na racionalização intensa do trabalho baseada na flexibilização do trabalho, cujo objetivo é atender a diversificação e as flutuações do mercado (CORIAT, 1996).

David Harvey, geógrafo marxista norte-americano, utilizou o conceito de *acumulação flexível* para definir as mudanças no capitalismo hodierno, devido ao grau de flexibilidade do modelo produtivo pós-fordista. Segundo este autor “o regime de acumulação flexível é marcado por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ele se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo”. Outros autores assinalaram que, além da flexibilidade, o toyotismo incluiu mecanismos de repressão, cooptação e envolvimento do trabalhador por meio do trabalho em equipe (*teamwork*): com as equipes, o toyotismo resolveria dois problemas não solucionados pelo fordismo: a produção se ajustou com menos traumas às flutuações e crises do mercado e, por outro, a organização baseada nas equipes de trabalho facilitaria descartar trabalhadores sem comprometer a linha de produção (GOUNET, 1999, p. 67). Assim, a flexibilidade do trabalho como das leis trabalhistas permitiriam eliminar o tempo ocioso, a porosidade do trabalho, aumentando a intensidade do trabalho: estes autores foram enfáticos em circunscrever e definir o novo período como “uma solução para os graves problemas do fordismo-keynesianismo, que se tornaram uma crise aberta em 1973” (HARVEY, 1993, p. 267).

Na busca de superação capitalista da crise do capital o “*tempo e espaço se convulsionam*”, para “acelerar o tempo de rotação do capital”. As soluções

encontradas pela mudança tecnológica estabeleceram não só uma nova divisão social e territorial do trabalho, mas, sobretudo novas relações de poder entre trabalho e capital, estabelecendo outro tempo-espaço em que se manifesta a luta de classes que, sintetizou Harvey, “é uma batalha para reorganizar as *bases espaciais* dessa relação de poder”. Na transição do trabalho artesanal para o trabalho manufatureiro se conheceu uma significativa convulsão do tempo e do espaço. A unidade artesanal atomizada, numa sucessão de tempos separados, foi se *justapondo no espaço* com o advento da manufatura. Essa justaposição no espaço, da produção e de trabalhadores, acelerou o aperfeiçoamento das ferramentas e criou as condições para o surgimento da empresa mecanizada, da maquinofatura, ou como disse Marx, de uma verdadeira *unidade técnica*.⁵

É dessa unidade técnica, da divisão manufatureira do trabalho, precedida pela divisão entre trabalho material e intelectual, campo e cidade, produção e comércio, que se desenvolveu uma divisão territorial do trabalho, que se estendeu e ampliou, com a formação do mercado mundial, para uma divisão internacional do trabalho. Foi através da unidade técnica, da maquinaria e da grande indústria, que se conseguiu um acelerado desenvolvimento das forças produtivas, que serviu para baratear as mercadorias e encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador requer para reproduzir a si mesmo e sua classe, aumentando a outra parte, a que fica com o capitalista, o trabalho excedente.

Na manufatura a *força de trabalho* foi o ponto de partida da transformação do modo de produção; na grande indústria ou maquinofatura o meio de trabalho preencheu esse papel. No período recente, dito pós-fordista, o ponto de partida não seria o *meio geográfico do trabalho*? Não seria este o motor da expansão capitalista contemporânea, fruto das precedentes crises de superacumulação?⁶ Não teria o meio geográfico do trabalho criado, no século XX, uma base material na qual seria possível uma interdependência territorial e global do trabalho, uma

⁵ “As diversas manufaturas combinadas formam então departamentos mais ou menos *separados espacialmente* de manufatura global e ao mesmo tempo processos de produção independentes entre si, cada um com sua própria divisão do trabalho. Apesar de algumas vantagens que a manufatura combinada oferece, ela nunca adquire, sobre sua própria base, uma verdadeira *unidade técnica*. Esta surge somente pela sua transformação em empresa mecanizada” (MARX, *op. cit.*).

⁶ “Foi principalmente com o deslocamento espacial e temporal que o regime fordista de acumulação resolveu o problema da superacumulação no decorrer do longo período de expansão do pós-guerra. Por conseguinte, a crise do fordismo pode ser interpretada até certo ponto como o esgotamento das opções para lidar com o problema da superacumulação (...) A competição espacial aumentou ainda mais, em particular depois de 1973, à medida que se esgotava a capacidade de se resolver o problema da superacumulação por meio do deslocamento geográfico” (HARVEY, 1993, p. 174).

interdependência produtiva conseguida pela remoção, historicamente produzida, das barreiras espaciais?⁷

A “revolução” das telecomunicações e da informática teve, segundo um consenso geral, papel propulsor na remoção das barreiras espaciais do capital. François Chesnais apontou que a telemática possibilitou a *extensão de terceirização* entre empresas situadas em locais distantes, abrindo caminho para a *fragmentação dos processos de trabalho*, para o uso sensivelmente mais diversificado de formas de trabalho que integram espaços de trabalho altamente modernizado, ao mesmo tempo em que possibilitou recorrer novamente às formas passadas e precárias de trabalho domiciliar (CHESNAIS, 1996).

A revolução técnica e informacional integrou o trabalho atomizado, típico das formas pré-manufatureiras, à rede produtiva das empresas multinacionais. A nova repartição territorial do trabalho repousou sobre divisões territoriais do trabalho anteriores, organizadas sob o comando das grandes corporações multinacionais. Se a manufatura, na origem do capitalismo, juntou o que estava separado justapondo tempo e espaço numa unidade fabril, não seria correto afirmar que a unidade técnica se expandiu restabelecendo uma relativa parcialização do trabalho, possibilitada pela densidade historicamente construída do meio geográfico do trabalho?

A fragmentação e diversificação do trabalho em trabalho efetivo, parcial, temporário, terceirizado, se manifestaram no espaço geográfico por meio da subcontratação local, regional e, sobretudo, global do trabalho. A terceirização explorou e explora tanto os recursos do mundo por meio do *global sourcing* como os recursos do estabelecimento produtivo através do *sistema modular*, em que a subcontratação ou terceirização ocorre na escala da planta industrial. Esta fragmentação e diversidade do trabalho podem ser atribuídas ao crescimento vertiginoso do setor de serviços, visto no crescimento da subcontratação e das consultorias que “terceirizam” as atividades de segurança, marketing, secretaria, logística, jurídica etc. Notou-se uma imbricação no meio geográfico do trabalho envolvendo unidades produtivas e setores de serviço, trabalho produtivo e improdutivo.

⁷ As inovações voltadas para a remoção de barreiras espaciais em todos esses aspectos têm tido imensa significação na história do capitalismo, transformando-a numa questão geográfica – as estradas de ferro e o telégrafo, o automóvel, o rádio e o telefone, o avião a jato e a televisão, e a revolução das telecomunicações.

Fim do proletariado?

O deslocamento espacial assumiu especial importância ao se medir o efetivo peso *mundial* da classe operária. Em países como o Brasil, a classe operária cresceu de 1,1 milhão (1949) para 14,6 milhões (1990); no Egito, de 400 mil (1954) para 7,3 milhões (1990); na China, de 17 milhões (1950) para 136 milhões (1996). Nos “tigres asiáticos” (Coreia do Sul, Tailândia, Filipinas, Indonésia, Singapura, Hong Kong) passou-se de 2,1 milhões de operários industriais (1950) para 29,5 milhões (1990). De conjunto, em meados do século XIX havia 20 milhões de operários industriais na Europa e nos EUA (1,5% da população mundial); em 1900, 70 milhões, principalmente na Europa, Rússia, EUA e Japão (4% da população mundial); em 1950, existiam aproximadamente 150 milhões de operários industriais (6% da população mundial). Em 2000, a cifra se situou, segundo estimativas, entre 550 e 600 milhões (10% da população mundial), dois terços dos quais nos países “em desenvolvimento”.⁸

O assalariamento do trabalho, por sua vez, experimentou um crescimento *absoluto*: nos EUA, de 89% em 1970, os assalariados passaram a ser 90,59% da PEA em 1980, 91% em 1990, 92,34% em 1999. Na França, os assalariados eram 76,27% da PEA em 1970, 84% em 1980, 87% em 1990, e 87,66% em 1999. No Japão, o assalariamento correspondia a 64,2% da PEA em 1970, 71% em 1980, 78,42% em 1990, 81,2% em 1995. Nos EUA, a força de trabalho, de 79 milhões de pessoas em 1970, passou a ser composta por 127 milhões em 1996, com a percentagem de assalariamento indicada: um crescimento de 48 milhões de pessoas (taxa de crescimento: 1,9% anual).⁹ Faruk Tabak (1997, p. 113), porém, chegou curiosamente à conclusão de que “a partir de 1945 a percentagem do trabalho assalariado no total da força de trabalho mundial diminuiu com regularidade: nos últimos quarenta anos passou-se de 51% para menos de 40%”. O autor citado incluiu na “força de trabalho mundial” os menores de 15 anos, que constituem 45% da força de trabalho africana.

O declínio *relativo* do peso social do proletariado industrial nos países avançados,¹⁰ não significa declínio, *relativo ou absoluto*, do seu peso econômico. Isto porque “uma redução na força de trabalho de uma indústria não equivale a uma *contração* da mesma. Excessos ou quedas da produção podem ocorrer de três maneiras

⁸ Cf. *US Historical Statistics* (diversos anos); *Bureau International de Travail* (BIT-ONU), estatísticas; *Inquérito industrial da ONU*; *Inquérito industrial da FIESP* (Brasil).

⁹ Cf. *US Statistical Abstract* (2000).

¹⁰ Nos principais países industrializados da Europa ocidental, os efetivos de trabalhadores ocupados na indústria representavam cerca de 40% da população ativa no começo dos anos 1940. Na década de 1990 sua proporção se situava próxima dos 30%. Previa-se que baixaria a 20% ou 25% no começo do século XXI.

diferentes: como parte de um processo de *output* violento; como consequência de fazer com que os trabalhadores já existentes trabalhem mais num contexto de *output* estagnado ou apenas levemente crescente; ou como resultado de um investimento de capital que leve a um aumento maior da produtividade do que do *output*. Apenas o primeiro destes implica em desindustrialização: o desaparecimento ou a ida para o estrangeiro de indústrias inteiras. Os outros dois implicam numa continuação ou até mesmo incremento do nível de *output*, porém, com uma menor força de trabalho” (CALLINICOS; HARMAN, 1987, p. 54).

Na verdade, o peso *econômico* do proletariado aumentou em função dos ganhos de produtividade devidos à “flexibilização” e, sobretudo, à automação e informatização (nos ramos econômicos mais “informatizados” estes ganhos têm sido muito maiores que os reajustes ou aumentos salariais). A isto se deve acrescentar que a crise testemunha um deslocamento relativo da produção manufatureira pela produção industrial (a primeira passou de um índice 113 para 103, a segunda de 98 para 108, entre 1974 e 1985) dentro do conjunto do “setor industrial”, o que significa, como consequência da aceleração da concentração e centralização do capital, um aumento da concentração do proletariado, ou seja, não apenas do seu peso *econômico*, mas também do seu *poder social*. Isto se refletiu no terreno da luta de classes, inclusive onde o emprego sofreu uma queda absoluta: “A vantagem para os empregadores pode ser apenas temporária. Quando a taxa de novos desempregados tiver diminuído novamente, é provável que o poder dos sindicatos volte a aumentar: pois a base do poder sindical não está em seu tamanho absoluto, mas em sua capacidade de paralisar a produção” (BATSTONE; GOURLAY, 1986).

No conjunto, nas economias industriais mais antigas, a tendência foi na direção de diminuição *relativa* do proletariado industrial. Empregados de colarinho azul foram aos poucos formando uma porção cada vez menor da população trabalhadora. Em 1900, 80% da população da Grã-Bretanha estava composta de trabalhadores manuais e suas famílias, mas esse percentual baixou para cerca de 60% na segunda metade do século XX, enquanto que nos EUA, os trabalhadores de colarinho azul tenderam a constituir uma minoria da força de trabalho. O crescimento da economia industrial aumentou progressivamente o tamanho relativo do setor de colarinho branco.

Na medida em que a sociedade se tornou mais “próspera”, a atividade econômica central passou do setor primário (mineração e agricultura) para o setor secundário (manufatureiro) e conseqüentemente também para os serviços, incluindo saúde e educação, onde a força de trabalho é predominantemente “de colarinho branco”. Para completar, o progresso tecnológico criou novas ocupações científicas e técnicas ao mesmo tempo em que faz cair a demanda por “força bruta”. O aumento no tamanho das organizações empregadoras resulta em novos exércitos de administradores e executivos. Não se deve confundir isto com o declínio do *movimento operário*, que inclui todos os setores explorados que adotam como

próprias as formas de organização criadas originalmente pelo proletariado industrial: “Entre 1964 e 1970 a proporção de empregados não manuais nos sindicatos cresceu quase um terço – de 29% a 38%” (ROBERTS, 1989, p. 38, 123).

A tese sobre a tendência para o fim do proletariado e para a “lógica (absoluta) da exclusão” é, portanto, impressionista e apressada: o emprego industrial nos países desenvolvidos (mesmo sem negar-se aqui a evolução dos serviços) ainda era, em 1982, de 27,2% (EUA); e de 41,8% (Alemanha). No Japão, entre 1960 e 1982, ele subiu de 28,5% para 34,5% da PEA; o emprego industrial cresceu absolutamente em todos esses países, embora abaixo do crescimento da população economicamente ativa na sua totalidade. Esses dados servem para mostrar a natureza contraditória e desigual das mudanças sociais. Nos EUA, em 1969, a semana média de trabalho era de 43 horas e trabalhava-se 47,1 semanas/ano; em 1987, essas médias cresceram respectivamente para 43,8 e 48,5.

Uma sociedade do tempo livre poderia existir potencialmente, mas não como fruto automático do capital. Poder-se-ia dizer que a automação no reino do capital abole negativamente a forma antiga de produção, pois nega e conserva a exploração da força de trabalho; elimina progressivamente o tempo social necessário para a reprodução da força de trabalho, mas, simultaneamente, aumenta a jornada de trabalho, elimina empregos e impede o avanço global das forças produtivas.

O dado econômico mais impressionante das décadas de 1980 e 1990 foi o do deslocamento espacial mundial da indústria, aproveitando as diferenças salariais. Isto não implicou apenas o antigo “Terceiro Mundo”, mas também os países do antigo “bloco socialista”. Na Alemanha, após sua reunificação, as diferenças salariais entre Leste e Oeste eram enormes. A *IG Metall* (sindicato metalúrgico alemão) organizou uma campanha salarial com o seguinte *slogan*: “*Gleiche Arbeit, gleicher Lohn*” – para o mesmo trabalho, o mesmo pagamento – e ampliou essa campanha para os sindicatos das outras categorias. Com o desenvolver da campanha, os salários da parte oriental chegaram a atingir US\$ 17,00 por hora, ainda assim não atingindo o patamar ocidental, situado, em média, em US\$ 24,00 por hora. No entanto, as empresas alemãs e norte-americanas já estavam contratando os operários metalúrgicos qualificados que viviam a alguns quilômetros de distância, na Hungria e República Tcheca, que faziam exatamente o mesmo trabalho por US\$ 2,00 ou US\$ 3,00 por hora, ou até menos.

Na Alemanha, a Daimler-Benz fez uma concorrência internacional para sua nova fábrica de carros pequenos, visitando locais na Grã-Bretanha, na República Tcheca, na França e na Alemanha. Ao mesmo tempo, a divisão aeroespacial da Daimler anunciou que iria fechar seis de suas fábricas. A corporação revelou que tinha planos de eliminar 44 mil empregos, 27 mil dos quais na fábrica Mercedes Benz. O sindicato concordou com cortes no total de 200 milhões de marcos,

concessão que “salvou”... três mil empregos. Tendo conseguido isso, a Daimler-Benz instalou a fábrica projetada... na própria Alemanha, mas, ao longo de três anos, a corporação eliminou mais de oitenta mil empregos, cerca de 25% de sua força de trabalho.

Nos EUA, a *United Auto Workers* organizou greves e ocupou doze fábricas da Caterpillar, que queria reduzir drasticamente os salários nas fábricas do Meio Oeste, onde seus removedores de terra são construídos. O sindicato sabia que a Caterpillar tencionava contratar operários substitutos, com salários menores, e mudar algumas de suas fábricas para o Brasil, a Europa ou o Japão. Toda vez que os salários chegavam ao patamar de US\$ 17,00 por hora, os operários eram demitidos e pouco tempo depois eram readmitidos por US\$ 7,00 por hora. Em 1975, o salário/hora dos operários americanos era o dobro daquele dos operários do Japão e excedia o de todos os outros países, à exceção da Noruega, Suécia, Bélgica e Holanda. Em 1980, no entanto, os salários norte-americanos já estavam abaixo de outros oito países, incluindo a Alemanha Ocidental. Em 1992, os EUA estavam atrás de mais treze países, incluindo o Japão.

As enormes diferenças regionais

Na Malásia, ao contrário dos EUA e da Europa, os sindicatos são praticamente proibidos. Na florescente indústria eletrônica malaia, cerca de 160 mil trabalhadores, na sua maioria mulheres muito jovens, montavam desde câmeras fotográficas japonesas até chips de semicondutores americanos. Os salários eram, em finais do século passado, em média, de US\$ 130 a US\$ 150 mensais na capital Kuala Lumpur e arredores, e bem menos em fábricas rurais. O governo malaio, agindo a pedido das multinacionais, proibiu qualquer tentativa de organizar sindicatos nas fábricas de mercadorias eletrônicas, de modo que os operários pudessem reivindicar coletivamente salários mais altos. As multinacionais advertiram que se os sindicatos fossem autorizados, elas seriam obrigadas a mudar suas fábricas para outros países onde os salários eram ainda menores. Algumas delas começaram a mudar para o Vietnã, onde os trabalhadores recebiam um décimo do salário malaio; ou para a China, onde as autoridades haviam estabelecido um novo salário mínimo para as zonas industriais de Xangai: US\$ 24,00 por mês.

As montadoras em Honduras pagavam salários de US\$ 0,38 por hora; para as mesmas funções nos EUA o salário era de US\$ 9,27 por hora. As empresas estrangeiras ameaçaram abandonar o país em resposta às denúncias sindicais de violações de direitos humanos. Os sindicatos afirmaram que algumas das 170 montadoras de autopeças tornaram-se verdadeiros enclaves, nos quais não podiam entrar nem os inspetores do Ministério do Trabalho, e se negava o direito de sindicalização aos trabalhadores. Na Tailândia, o aumento dos salários foi

apontado como causa pela dizimação do setor têxtil. A produção desse setor mudou-se para a China, a Indonésia e o Vietnã. No México, os operários do setor automobilístico da Ford, GM ou VW tinham um desempenho (produtividade) de 50% a 70% da eficiência dos que trabalham nas fábricas de suas respectivas matrizes, mas seus salários eram de um sexto a um oitavo daquele dos países de origem das multinacionais. Durante a década de 1980, e principalmente depois da grande crise financeira de 1995, a política do governo fez os salários mexicanos desmoronarem. As desvalorizações do peso tornaram os trabalhadores mexicanos literalmente duas vezes mais baratos do que já eram para os empregadores estrangeiros. A periferia capitalista protagonizou uma verdadeira corrida em direção da oferta de salários mais baixos, transformando sua população trabalhadora na grande válvula de escapamento da crise da produção capitalista nos seus centros históricos.

O Japão sofria, na década de 1990, uma recessão que se estendeu por um período superior a uma década: as consequências sobre o trabalho assalariado foram as mesmas apontadas acima; o arbitramento salarial tornou-se uma estratégia obrigatória para as empresas equilibrarem seus preços e custos. À medida que o iene se valorizava em relação ao dólar, o preço dos bens fabricados no Japão automaticamente aumentava de forma proporcional nos mercados exportadores, especialmente os EUA. As empresas tinham de encontrar um meio de enfrentar o aumento do iene e manter seus preços competitivos: reduzir o custo de trabalho era a opção óbvia. A partir de 1986, quando a relação dólar-iene começou a mudar dramaticamente, as companhias japonesas se ajustaram transferindo uma parte cada vez maior de sua produção para fora de suas fronteiras, em parte para os EUA e a Europa, mas, em primeiro lugar, para os “tigres asiáticos”. Esse processo se acelerou nos anos 1990: o walkman, invenção célebre de Akio Morita que originou o *boom* da Sony, passou a ser inteiramente fabricado na Coreia, Malásia e Indonésia.

Os trabalhadores, obviamente, não possuem a mesma mobilidade e velocidade do capital. A partir da década de 1980, parques industriais que levavam mais de cinquenta anos para se tornarem obsoletos foram desmontados em menos de dez anos, e se deslocaram para outros países ou regiões na busca de um movimento sindical inexistente ou enfraquecido, isenção de tributação fiscal por dezenas de anos, terrenos para a construção das fábricas gratuitos e outros. Quando a migração era de um país para outro, os trabalhadores ficaram ainda mais inviabilizados de se deslocarem, quando não simplesmente proibidos de fazê-lo pelas leis de imigração: os estrangeiros passaram a constituir 2% da população mundial, percentual que atingiu na França, 7%, na Alemanha 10%, nos EUA a percentagem cresceu espetacularmente devido à imigração ilegal, sobretudo de latino-americanos.

Assim, apesar dos índices de 12% de desemprego na Alemanha, a Basf abriu três novas empresas na Ásia. Na França, a Hoover fechou uma fábrica e transferiu-a

para a Escócia, onde o sindicato aceitou fazer concessões para aumentar a produtividade. A Renault fechou uma fábrica na Bélgica (Vilveverde), demitiu milhares de trabalhadores na França, para construir uma nova fábrica no Paraná (Brasil), e os exemplos se poderiam multiplicar. Se compararmos os salários dos trabalhadores de alguns países, entenderemos porque a exportação do capital é muito mais vantajosa do que a exportação de mercadorias. Um dia de salário de um operário da indústria automobilística de Illinois equivalia a um mês de salário malaio. Um salário mensal francês equivalia ao salário de 47 operários vietnamitas. Um mecânico americano equivalia, salarialmente, a sessenta chineses. Para ser produzida, uma tonelada de aço requeria 3,4 horas/operário diário de trabalho nos EUA, contra 5,8 horas no Brasil, mas o salário médio americano era de US\$ 13 por hora, no Brasil de apenas de US\$ 1,28. Os trabalhadores chineses das fábricas de brinquedos ganhavam, em média, US\$ 30,00 mensais, os brinquedos de pelúcia produzidos na China chegavam ao exterior a um preço médio de US\$ 0,25 impossibilitando qualquer tipo de concorrência.

Custo médio da mão-de-obra (1975)

Por hora trabalhada na indústria de transformação, em US\$

Alemanha	21,30	França	15,25
Suécia	20,93	EUA	14,83
Suíça	20,86	Austrália	12,98
Itália	16,29	Japão	12,84
Grã-Bretanha	12,42	Coreia	4,16
Espanha	11,88	Taiwan	3,98
Israel	7,69	Portugal	3,57
Grécia	5,49	Brasil	2,79

País	Salários	Encargos	Total
Alemanha	16	12	28
EUA	16	6	22
Japão	16	5	21
Itália	9	11	20
França	9	8	17
Brasil	3	5	8

Fonte: Bureau of Labor Statistics, *BLS Report*.

Na primeira tabela não estão incluídos os dados referentes à China, onde o salário médio girava em torno de US\$ 30,00 e a jornada de trabalho estava acima das 250 horas mensais, mais de sessenta horas semanais. Caso fossem computados esses dados, teríamos um salário/hora médio chinês em torno de US\$ 0,12.

A automação deve ser vista dentro desse quadro contraditório: ao mesmo tempo em que elimina empregos, ameaça salários e aumenta o controle patronal sobre o processo de trabalho, produz também o efeito contrário. A centralização da atividade produtiva e unidades computadorizadas sob a vigilância e controle dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que age no sentido de quebrar a sua autonomia, abre também, mesmo com a diminuição de emprego, a possibilidade de terem em suas mãos um maior controle da atividade produtiva. Os trabalhadores industriais e de serviços passam a ter um domínio técnico e intelectual sobre o processo produtivo, debilitando o poder de segredo de controle sobre o comando do processo.

Nesta apresentação das tendências numéricas e percentuais finisseculares do proletariado internacional não é levada em conta a China (onde, em plena passagem para o capitalismo, havia já mais de 130 milhões de operários), o Leste europeu e a ex-URSS, onde a classe operária passou de 23,9 milhões em 1940 a 79,6 milhões em 1981; em termos percentuais, passou de 36,1% da população ativa em 1941 para 61% em 1982. Incluindo na classe operária os camponeses das granjas coletivas, esta percentagem se elevava para 74% da população ativa em 1982 (KRAWCHENKO, 1986). Na passagem para o século XXI, a PEA mundial foi calculada pela OIT em quase três bilhões de pessoas, das quais um bilhão e meio era assalariada: 50% da população ativa compunham-se por assalariados. A transformação na composição interna da força de trabalho mundial foi dramática na última década do século XX: os empregados na agricultura passaram de aproximadamente 42% para 35% do total; os do setor de serviços, de 37% para 42%; os da indústria, de 21% para 23%.

Os assalariados, regionalmente, estavam distribuídos em 37% nos “países industrializados” (que possuía 22% da PEA mundial), 42% na Índia, China e sudeste asiático (com 55% da PEA mundial) e 21% na América Latina e África (com 23% da PEA mundial) (DAVOLI, 2012). Em pouco mais de uma década, a população empregada na agricultura passou de quase metade para um terço da PEA mundial. O percentual relativo de trabalhadores assalariados industriais continuou sendo qualitativamente maior nos “países industrializados”, em que peso o deslocamento espacial das indústrias de baixo valor agregado em direção dos países ditos “periféricos” (ainda não chamadas, em alguns casos, de “emergentes”).

Paralelamente, a diversificação espacial e a centralização em paralelo do grande capital afetou a mão de obra mais qualificada. Um engenheiro diplomado indiano ganhava US\$ 10 mil anuais contra entre US\$ 60 mil e US\$ 80 mil anuais nos EUA. Daí uma forte tendência para a “globalização dos *white collar*”: o número de formados em engenharia e ciências naturais cresceu, entre 1989 e 1999, de 148% na China, de 271% no México e de 37% na Índia, enquanto nos EUA, no mesmo período, o percentual de crescimento foi de apenas 16%. Mas boa parte dos recursos humanos formados com recursos públicos da periferia capitalista passou

a ser cada vez mais aproveitada nos centros da produção capitalista, que flexibilizaram, até nos EUA, as normas para a imigração e fixação/contratação de mão de obra qualificada externa. O percentual de engenheiros estrangeiros na *Silicon Valley* da Califórnia superou, na virada para o século XXI, 50% do total. A “migração de cérebros” passou a ser um meio notável de saque de recursos da periferia pelo centro capitalista mundial.

Outro fator favoreceu esse processo. As redes de pesquisa entre as multinacionais são tão complexas que é difícil dizer quem está projetando o quê. A IBM tem laboratórios na Suíça e no Japão. A Hewlett-Packard emprega cientistas na Austrália, Alemanha e Cingapura. A Honda e a Mazda japonesas passaram a manter centros de pesquisa nos EUA. Na Compaq, componentes são fabricados na China, Taiwan, Cingapura, Coreia, Japão e Vietnã. Equipamentos de precisão para prática do hóquei no gelo são desenhados na Suécia, financiados pelo Canadá, montados na Dinamarca e vendidos na Europa. O material utilizado é uma liga metálica, cuja estrutura molecular foi desenvolvida e patenteada nos EUA, mas produzida industrialmente no Japão. Essa trança tecnológica acabou por confundir até o Pentágono que, em 1990, declarou não saber em que países eram projetados e construídos uma grande parte dos componentes das armas nucleares (nos EUA, a produção bélica é privada).

Consequências sociais das mudanças produtivas

A utilização capitalista das novas tecnologias, mediante a “flexibilização do trabalho”, e a conseqüente rotação entre trabalhadores ocupados e desocupados, aumentou a insegurança tanto dos pauperizados “excluídos” como a dos trabalhadores “incluídos”. A “batalha pela competitividade” foi causa central do empobrecimento nas décadas de 1980 e 1990. A aceleração da mudança tecnológica coexistiu com o aumento da desnutrição de um quinto da população mundial, e com a morte pela fome de vários milhões na África em 1994. Inclusive nos Estados Unidos 35 milhões de pessoas passaram a viver em estado de pobreza absoluta, convivendo com as maravilhas da *Silicon Valley*. Com dois milhões de detentos nas cadeias; a criminalidade empurrou a média de vida no bairro novaiorquino de Harlem para um patamar inferior à de Bangladesh.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho, a desocupação de milhões de pessoas contribuiu para manter paralisado um terço da força de trabalho do mundo. O emprego foi se desconectando do comportamento tradicional do ciclo. O desemprego não aumentou apenas nos períodos de depressão, mas também nas fases de recuperação. As empresas passaram a demitir não só quando diminuam os lucros, mas também “racionalizaram o pessoal” quando o benefício melhorava. Em várias regiões industrializadas, o grau de desemprego atingiu percentagens semelhantes àquelas existentes na Grande Depressão. Desde que começou a

estender-se às mulheres e aos imigrantes, ao setor de serviços e à indústria, aos jovens e aos homens maduros, a desocupação deixou de ser catalogada como “transitória”.

Todos os economistas coincidiram em afirmar que o aumento do desemprego representaria um flagelo generalizado por um longo período de tempo. Mas omitiram assinalar que esse resultado não era um efeito espontâneo da “economia”, mas uma necessidade do capital para recuperar a taxa de lucro. Essa é a razão pela qual a “taxa natural” de 3-4% de desemprego saltou, na década de 1980, para 7-10%, nas economias avançadas. O desemprego nos EUA era de 9% em 1975 e atingiu 11% em 1982, recuperou-se na década de 1990, mas, em finais de 2001, constatou-se que perdera em apenas doze meses uma recuperação que tinha demorado cinco anos.

Anos de experiências “flexibilizadoras” demonstraram, por outro lado, que não há relação possível ou direta entre a desocupação e a desregulação trabalhista. A flexibilização intensificou a exploração, sem assegurar que o benefício patronal favorecesse uma ampliação do emprego: a causa da desocupação está nas relações sociais, não na “ação ingovernável” das máquinas, chamadas de *job killers*. O desemprego não era “tecnológico”. Ele expressou a necessidade de valorização do capital e de regulação dos salários que induziu ao incremento estratégico do exército industrial de reserva. A desocupação tende a consolidar-se porque a produção e o consumo aumentaram seguindo um ritmo muito baixo em relação aos saltos registrados na produtividade. O capitalismo não conseguiu absorver as inovações processadas no plano produtivo, o que se traduziu num “sobrante” crescente de trabalhadores para uma produção rentável com novas tecnologias.

A monopolização crescente sob o capitalismo contemporâneo tendeu a estender o peso da classe trabalhadora, pois o açambarcamento cada vez mais minoritário da propriedade aumenta a polarização social e reduz o número de explorados capaz de enriquecer, transformando suas economias em capital. A informatização não construiu “sociedades de classe média”, pois essa camada social deriva do passado pré-monopolista, quando as camadas de profissionais mantinham uma posição intermediária entre capitalistas e operários por sua vinculação ainda indireta com o processo de acumulação. O proletariado continuou a ser dominante e crescente porque também incluiu crescentemente os trabalhadores improdutivos, que não geram diretamente mais-valia, mas são indispensáveis para sua realização no mercado: no passado, atuavam fora do alcance do capital, mas foram sendo integrados à acumulação, por serem transformados em ramos capitalistas as atividades de distribuição, serviços, financiamento e comercialização.

O capitalismo impediu também que a redução da jornada de trabalho fosse efetivada sem afetar a remuneração do trabalhador. Os capitalistas tenderam a ignorar que a redução da jornada de trabalho atua como tendência espontânea da transformação tecnológica, associada ao desgaste físico e mental provocado por

essa transformação. Persistiram as jornadas de dez e doze horas, quando é evidente que ativar um computador, controlar um processo contínuo, manejar uma máquina de controle numérico, ou analisar os códigos de um computador, implicava uma concentração de esforços superior a qualquer atividade do maquinismo tradicional. O capitalismo tornou vulneráveis os limites fisiológicos e mentais da força de trabalho. Existe bibliografia sobre a possibilidade da redução da jornada de trabalho mundial para duas horas diárias. Outras variantes mais cautelosas demonstraram a viabilidade da semana de 25 horas.

A informatização não produziria nenhum aumento do desemprego se estivesse acompanhada da diminuição da carga horária de trabalho semanal. Pelo contrário, ela facilitaria a redistribuição geral das horas de trabalho entre os assalariados ocupados e os desempregados. Essa reestruturação era viável, dados os novos padrões de fabricação e administração criados pelas novas tecnologias. Mas ela questionava a organização da produção em torno da concorrência capitalista. Um verdadeiro pânico foi criado para apresentar o desemprego e a “flexibilização” como consequências inevitáveis da informatização. Através do medo e da intimidação, incrementou-se o controle patronal do processo de trabalho.

Mundialmente, para além das gritantes diferenças salariais, é necessário considerar o aumento do trabalho forçado e do trabalho infantil como um verdadeiro dado econômico: ao grande número de trabalhadores, vítima do recrutamento coercitivo em zonas rurais, especialmente, nas plantações agrícolas ou no serviço doméstico, lhes aguardam condições semelhantes às da escravidão e servidão por dívida (ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO, 2001). Populações indígenas da África e América Latina “são especialmente vulneráveis a estas formas de trabalho forçado”, diz o informe citado, que exemplifica o caso de Birmânia, “que provocou uma reação excepcional por parte da comunidade internacional”. A pobreza, o desemprego, os conflitos civis, a repressão política e a discriminação por motivos raciais ou de gênero “contribuem a criar um ambiente propício à exploração das pessoas vulneráveis por parte dos traficantes”.

Na Europa, a OIT denunciou o “aumento explosivo desse tráfico desde a ruptura da antiga União Soviética”. Tanto no Velho Mundo como nos EUA, “se encontraram atividades de exploração de trabalho em grande escala de imigrantes clandestinos”. O trabalho forçado era “cada vez mais difícil de detectar”, dado que está montado ao redor de bandos criminosos organizados internacionalmente, “que encontram menos perigos no tráfico de seres humanos do que no tráfico de drogas”: “Grande parte do trabalho forçado implica atividades subterrâneas ou ilegais e, por outra parte, estando oculto das vistas do público, o aumento do trabalho não regulamentado na indústria e na agricultura, e o do setor urbano não estruturado, são fatores que contribuem para que as forças sociais e econômicas se alimentem de muitos imigrantes em condições de exploração”.

Outra faceta detectada pelo informe é “o uso do trabalho dos presos em países como a China, onde a reabilitação através do trabalho faz parte do castigo, ou onde se permite que entidades privadas aluguem o trabalho dos presos, como ocorre na Malásia, Estados Unidos e Madagascar”. O informe explica que nas regiões limítrofes do sudeste asiático, “a coerção, o engano e a venda de menores são o resultado imediato de seu recrutamento direto nos povos” e abastecem grande parte da atividade do setor do sexo. Além disto, nos Bálcãs e na Europa oriental (principalmente na Moldávia, Romênia e Ucrânia) aumentou muito o tráfico de mulheres. Bósnia-Herzegovina ou Kosovo emergiram como importantes pontos de passagem no caminho das mulheres para a Europa ocidental. Até em Israel “tem havido uma afluência de mulheres introduzidas por muitas redes criminosas”.

Os EUA já eram o destino anual de 50.000 mulheres e crianças objetos desse tráfico humano, que nutriu grande parte da demanda do setor do sexo pago, assim como do serviço doméstico e do trabalho de limpeza. A ONU advertiu a Europa da necessidade de abrir suas fronteiras para a imigração para manter seu crescimento e proteger sua previdência social. A Europa necessitaria de 44 milhões de imigrantes até 2050. Apesar da advertência, um informe da OCDE relatou medidas de restrição nas políticas de imigração na maioria das nações europeias, com tendência para uma legislação comunitária harmonizada. O número de imigrantes nos países da União Europeia em 2000 foi de 816.000, quase 100.000 a mais que em 1999, procedendo na sua maioria do Norte da África, da Turquia, da Índia, da África subsaariana e dos Bálcãs. No total se estima que três milhões de pessoas viviam clandestinamente no Velho Continente na virada do século; meio milhão na França, cerca de 300.000 na Espanha e outros 235.000 na Itália.

Segundo o relatório anual do Observatório Europeu do Racismo e a Xenofobia, aumentavam a cada ano os casos de violência racial, discriminação e delitos de grupos neonazistas em todos os países da União Europeia. Aproximadamente 33% dos europeus se consideravam “muito” ou “bastante” racistas: o “eurobarômetro” considerou que as razões para este aumento da xenofobia se deviam principalmente ao temor ao desemprego e a segurança no futuro, e a um mal-estar generalizado ante as políticas governamentais e as condições sociais. A extração de uma maior taxa de mais-valia do assalariado “informal” levou, de modo paralelo e simultâneo, o Estado capitalista a condenar o sistema previdenciário público universal e a abrir o caminho para a volta do Estado racista.

“O número de pessoas subempregadas ou que carecem de trabalho cresce a um ritmo vertiginoso... Mais de 800 milhões de seres humanos estão na atualidade desempregados ou subempregados no mundo” (RIFKIN, 1995, p. xv). O fenômeno seria, para o autor citado, consequência da “revolução tecnológica”, com os sofisticados computadores, a robótica, as telecomunicações e outras formas da alta tecnologia substituindo rapidamente os seres humanos na maior

parte dos setores econômicos, desenhando, segundo suas palavras, um “mundo sem trabalho”. No passado, enquanto as novas tecnologias substituíam os trabalhadores de um determinado setor econômico, sempre apareciam novos setores que permitiam absorver os trabalhadores despedidos: “No início deste século (XX), o incipiente setor secundário era capaz de absorver vários dos milhões de camponeses pequenos proprietários atingidos pela mecanização da agricultura. Entre meados da década de 1950 e início dos anos 1980, o setor de serviços foi capaz de voltar a empregar muitos dos trabalhadores de “colarinho azul” substituídos pela automatização”.

A peculiaridade da nova “revolução tecnológica” consistiria em que todos os setores foram vítimas da reestruturação tecnológica e não irrompeu nenhum setor “significativo” habilitado a canalizar a mão de obra deslocada. O único setor expansivo passou a ser o do conhecimento, uma elite de indústrias cujos profissionais – os chamados analistas simbólicos ou trabalhadores do conhecimento – continuariam crescendo em número, “sendo poucos, porém, se comparados ao número de trabalhadores substituídos pela nova geração de máquinas pensantes”: “O mundo acabará se polarizando em duas tendências potencialmente irreconciliáveis: por um lado, uma elite bem informada que controlará e gerirá a economia global de alta tecnologia; e por outro, um crescente número de trabalhadores permanentemente deslocados, com poucas perspectivas de futuro e ainda menos esperanças de conseguir um trabalho aceitável em um mundo cada vez mais automatizado”.

Partindo dessa consideração, Rifkin pintou um quadro absolutamente desolador, onde “os níveis econômicos da maioria dos trabalhadores continuam sua permanente deterioração em meio ao desconcerto produzido pela riqueza tecnológica”. À medida que avança a terceira revolução industrial em todos e em cada um dos setores industriais, o mundo passa a estar “repleto de milhões de trabalhadores alienados que experimentam níveis crescentes de stress no ambiente tecnológico e uma crescente insegurança trabalhista”. O constante e progressivo crescimento do desemprego tem, como correlato, níveis crescentes de depressão psicológica e de deterioração da saúde mental: “A morte psicológica segue à morte real, com a multiplicação do número de suicídios. A morte da massa laboral é interiorizada por milhões de trabalhadores que experimentam suas próprias mortes individuais... São os que esperam ser despedidos e se veem forçados a aceitar trabalho em tempo parcial com redução dos níveis salariais ou viver da beneficência. Com cada indignação, sua confiança e autoestima sofrem um novo abalo. Convertem-se em elementos substituíveis, depois desnecessários e finalmente invisíveis no novo mundo tecnológico”.

Ao mesmo tempo, proliferou um segundo fenômeno, o crescimento espetacular do crime e da violência. Rifkin descreveu a correlação direta entre o desemprego massivo e a incidência do crime na vida cotidiana norte-americana e em particular na juventude, em que as taxas de desemprego quase duplicaram à da população

total. A polícia estimava que mais de 270 mil estudantes levavam, a cada dia, armas de fogo à escola, onde três milhões de crimes se produziam a cada ano. Em 1992, cerca de um milhão de jovens foi violentado(a), roubado ou assaltado, muitas vezes por gente de sua mesma idade: “Os níveis salariais, o crescente desemprego, e a polarização cada vez maior entre ricos e pobres está convertendo certas zonas dos EUA em territórios sem lei”.

O mais surpreendente não era o grau, mas, ao contrário, o escasso impacto da revolução informática e das comunicações nos processos industriais e no aumento da produtividade na fábrica moderna: “Se as cifras oficiais merecem credibilidade, a revolução informática ainda não tornou a economia mais eficiente. A média anual de crescimento da produtividade passou de 2,6% a cerca de 1% nos últimos tempos. Esta aparente contradição – uma aceleração no desenvolvimento da computação e comunicações com uma desaceleração no ritmo da produtividade – é conhecido pelos economistas como o paradoxo da produtividade. Sua existência introduz uma grande lacuna no novo debate econômico”.¹¹

Conclusões

A queda salarial foi um dos principais motores do desemprego, ao provocar um inusitado prolongamento da jornada de trabalho. Uma das principais causas do desemprego “tem sido uma constante redução das tarifas salariais por hora. Esta erosão teve um profundo efeito sobre os horários de trabalho; para manter o seu nível de vida, esses empregados se vêm obrigados a trabalhar longas jornadas” (SCHOR, 1991, p. 80). A redução da jornada de trabalho sempre foi apresentada pelo capital como anuladora do lucro e ruína do capitalismo, mas este não apenas sobreviveu às sucessivas reduções da jornada de trabalho impostas gradativamente pela classe operária, mas também alcançou novas fases de expansão.

“Enquanto o setor empresarial representa até 80% da atividade econômica nos EUA e o setor público contabiliza mais 14% do produto interno bruto, o terceiro setor contribui, na atualidade, com cerca de 6% da economia e é responsável por 9% do emprego nacional total”. Rifkin reclamou a institucionalização dessa tendência, ao propor que “as organizações comunitárias e as associações sem fins lucrativos” assumissem “maiores responsabilidades no cumprimento das necessidades tradicionalmente atendidas pelo governo” e “formassem milhões de pessoas que poderiam trabalhar diretamente em suas vizinhanças para ajudar os demais”. As ONGs são a coluna vertebral do desenvolvimento espetacular, nas últimas décadas, do chamado “terceiro setor” da economia (atividades econômicas “sem fins lucrativos”, pelo menos aparentes).

¹¹ Cf. **The Economist**, 13 de setembro de 1997.

Numa enquete realizada em vários países da Europa e nos EUA, descobriu-se que além de 11,8 milhões de trabalhadores remunerados, o “setor não lucrativo” usava o trabalho a tempo completo de mais 4,7 milhões. Com quase 602 bilhões de dólares de despesas operativas, em sete países da OCDE (a “amostragem” da enquete), elas representavam 5% de PIB desses países, ou quatro vezes o faturamento da General Motors, então a maior empresa privada do mundo (NUTARELLI, 1996, p. 32). O desenvolvimento do “terceiro setor” foi tal que Rifkin ousou dizer que “no que diz respeito àqueles para os quais não existe espaço no mercado de trabalho, os Estados se encontram diante de duas alternativas: financiar o reforço das forças policiais e construir novos cárceres para alojar a sempre maior classe dos criminosos, ou financiar formas alternativas de trabalho no terceiro setor”.

O “terceiro setor” desenvolveu-se como o “outro lado” da destruição das conquistas sociais e trabalhistas nos mais diversos países: “A oferta de um serviço em nome do ‘altruísmo’ não supõe, em si, o reconhecimento do direito a ser ajudado, de que seriam portadores, como necessitados, os beneficiários do próprio serviço. Enquanto o usuário de um serviço público do *Welfare* tem reconhecido, enquanto cidadão, o direito de ser assistido e ajudado, o destinatário de um serviço do voluntariado, ou fornecido por uma organização não lucrativa, é ajudado na base de uma relação assimétrica, o que o coloca numa situação de relativa inferioridade e de escassa incidência sobre os critérios da sua inclusão no rol dos beneficiários” (RANCI, 1994, p. 437). Ao lado disso, Rifkin viu um futuro nebuloso sem precedentes: “Os crescentes níveis de desemprego global e a maior polarização entre ricos e pobres criam as condições para o surgimento de distúrbios sociais e uma *guerra de classes* aberta a uma escala mundial nunca antes experimentada na história humana” (grifo nosso).¹²

Uma das principais características das últimas duas décadas do século XX foi o aumento da taxa de exploração. Os três fenômenos que confluíram para viabilizar este aumento foram a desregulamentação trabalhista, a massificação do desemprego e a expansão da pobreza. O primeiro aspecto se verifica nos cortes aos direitos dos trabalhadores, que reforçaram o controle gerencial dentro das empresas. Esse avanço patronal conduziu à paralisação dos salários nos países avançados e ao retrocesso absoluto dos mesmos na maioria das nações atrasadas.

A flexibilização trabalhista apontou para o aumento da submissão real do trabalho ao capital, a autoimposição das normas trabalhistas fixadas pelo empresário. O ressurgimento do desemprego em grande escala não foi, porém, consequência automática da mudança tecnológica, nem marcou o “fim do trabalho”. Foi o uso em escala sem precedentes de um mecanismo tradicional de precarização das condições trabalhistas, que se impôs alegando que “a era do pleno emprego

¹² Para uma crítica das teses de Rifkin, ver Pablo Heller (1997).

acabou” ou que aumentara a “taxa natural” de desemprego. Mediante a ampliação do exército industrial de reserva tentou-se consumir uma reorganização capitalista do processo de trabalho, dualizando a renda operária e as qualificações trabalhistas.

A exploração se expandiu com o propósito de ampliar o trabalho produtivo, gerador direto da mais-valia. É este o objetivo da privatização de todo tipo de atividade econômica e da “universalização do capital” em todos os cantos do planeta. Os mais diferentes aspectos materiais e mentais do trabalho foram ficando submetidos à exigência de geração imediata de lucro. A ofensiva de precarização trabalhista demonstrou que o “custo salarial” continuava sendo um referencial central do lucro do capital. O ingresso do trabalhador representa para o empresário um gasto, que diminui em proporção à queda dos salários. A crença de que este gasto se reduziu a “15-20% do custo total” foi uma extrapolação ao conjunto do processo industrial do que sucedia nos ramos mais automatizados.

Nos sucessivos níveis intermediários do processo de reprodução do capital, o “custo salarial” resultou cada vez mais vital. Por este motivo, os capitalistas investiram nos países e regiões que ofereciam salários mais “competitivos”, para a realização de tarefas equivalentes em qualificação e produtividade. O aumento da mais-valia é a grande motivação do capital para se deslocar para regiões de salários mais baratos para a realização de atividades com uso intensivo de mão de obra. A exploração se intensifica em todas as atividades “taylorizadas” que complementam o novo trabalho qualificado, que acompanha o desenvolvimento da informática. As tarefas degradadas não são anacronismos em extinção. Aumentaram com a expansão das modalidades mais complexas do trabalho, porque nessa dualização se assentam as formas mais lucrativas da acumulação capitalista (KATZ, 1995).

A segmentação e desvalorização do trabalho ficaram crescentemente em contradição com as exigências de complexidade, compromisso e autonomia do trabalho impostas pela informatização da produção. A valorização capitalista exige ao mesmo tempo maior exploração e maior envolvimento do trabalhador com sua tarefa. São dois objetivos contraditórios e seu cumprimento simultâneo acentuou o choque entre o capital e o trabalho, confirmando a incapacidade do regime social capitalista para desenvolver a transformação tecnológica em benefício do conjunto da sociedade.

Nos últimos vinte anos do século XX também surgiram mercados que compensaram parcialmente o estreitamento da demanda, regiões envolvendo milhões de consumidores - como a China - que registraram taxas de crescimento sem precedentes. A industrialização de diversas zonas (especialmente o sudeste asiático) ampliou os mercados autônomos de consumo imediato. Mas há que se pesar na balança desta expansão, também, o efeito empobrecedor das “políticas de ajuste” dos países subdesenvolvidos. O retrocesso econômico foi a norma na maior parte da África, América Latina, Europa oriental e Ásia. O número de

“excluídos” passou a ser superior ao de 1,5 bilhão de subalimentados e semianalfabetos reconhecidos nas estatísticas oficiais.

A grande polarização internacional dos ingressos gerou obstáculos para a realização do valor que explicam porque sequer a *débâcle* dos “ex-países socialistas” serviu para canalizar a absorção das mercadorias e capitais excedentes. Junto às regiões desse bloco que protagonizaram intensos processos de capitalização interna (China, ex-RDA) se constituíram zonas econômicas que só padeceram os efeitos devastadores da acumulação capitalista. A contradição entre a produção e o consumo se recriou em forma de espiral, e afetou o mundo todo.

A tendência do capital, demonstrada ao longo de toda sua história, é para a criação de crises cada vez mais profundas e duradouras, que comprometem o desenvolvimento das forças produtivas sociais e a própria sobrevivência de parcelas cada vez maiores da humanidade, seja através dos efeitos diretos da crise econômica, seja como resultado das crises internacionais e das guerras, que são o método capitalista, em última e decisiva instância, para disputar aos seus concorrentes, dentro do domínio do capital, mercados cada vez mais raros em função do crescimento da força produtiva do trabalho. Esta cria a base objetiva para a reorganização da economia mundial sobre outras bases sociais: as condições subjetivas, no entanto, não decorrem automaticamente, mas da evolução da consciência e da organização dos trabalhadores.

A miséria social, o desemprego, a destruição de conquistas trabalhistas e o aviltamento do trabalho, a flexibilidade do trabalho e a precarização, a exploração sem precedentes das nações oprimidas (via dívida externa, superexploração do trabalho, drenagem de cérebros e de trabalho qualificado, e outros mecanismos ainda), a tendência sistemática para crises internacionais cada vez mais frequentes e agudas, e para guerras de conquista, o desenvolvimento da criminalidade sob todas as suas formas e sua penetração até a medula do Estado, a tendência para Estados cada vez mais criminosos e cada vez mais policiais, as ameaças e os ataques ao meio ambiente e às próprias condições de sobrevivência da espécie humana, não constituíram tendências conjunturais de finais do século XX, nem a sua simultaneidade inédita um produto do acaso, mas as manifestações visíveis da crise mais profunda e duradoura do capitalismo. O século XXI se iniciou, e se desenvolveu até o presente, sob o peso dessa pesada hipoteca histórica.

Referências

ADLER, Paul. **Technology and the future of work**. Nova York: Oxford University Press, 1992.

ALTVATER, Elmar. Implicaciones sociales del cambio tecnológico. **Cuadernos Políticos**, N. 32, México, abril de 1982.

BARBASH, Jack. **The elements of industrial relations**. Madison: University of Wisconsin Press, 1984.

BATSTONE, E.; GOURLAY, S. **Unions, unemployment and Innovation**. Oxford: Oxford University Press, 1986.

BELLEVILLE, Pierre. **Neocapitalismo y enajenación**. Madri: Tecnos, 1967a.

BELLEVILLE, Pierre. **Una nueva clase obrera**. Madri: Editorial Tecnos, 1967b.

BILBAO, Andrés. **Obreros y ciudadanos: la desestructuración de la clase obrera**. Madri: Trotta, 1993.

BON, Frédéric; BURNIER, Michel A. **Les nouveaux intellectuels**. Paris: Cujas, 1966.

BON, Frédéric; BURNIER, Michel A. **Classe ouvrière et révolution**. Paris: Seuil, 1971.

BONEFELD, Werner; HOLLOWAY, John. **Post-fordism and social form: a marxist debate on the post-fordist State**. Londres: MacMillan, 1992.

BOYER, Robert. **Capitalismes fin de siècle**. Paris: PUF, 1986.

CALLINICOS, Alex; HARMAN, Chris. **The changing working class**. Londres: Bookmarks, 1987.

CHANGEUX, Jean. **Le Monde Diplomatique**, Paris, março de 1993.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CLASSE OUVRIÈRE ET CAPITALISME CONTEMPORAIN. In: **Arguments 4** [Révolution, classe, parti]. Paris: UGE, 1978.

CONFERENCIA INTERNACIONAL DEL TRABAJO. **El mundo del trabajo en evolución**. Ginebra: OIT, 1986.

COOMBS, Rod. Ondas largas y cambios en el processo de trabajo. **Zona Abierta**, N. 34-35, Madri, junho de 1985.

CORIAT, Benjamin. Taylorismo, fordismo y nuevas tecnologías en los países periféricos. **Cuadernos del Sur**, N. 5, Buenos Aires, maio de 1987a.

CORIAT, Benjamin. Revolución tecnológica y proceso de trabajo. **Cuadernos del Sur**, N. 6, Buenos Aires, outubro de 1987b.

CORIAT, Benjamin. **Pensar pelo avesso**. Rio de Janeiro: Revan-UFRJ, 1996.

COSTA, Frederico. **Manifesto contra o trabalho**: introdução a uma crítica ontológico-política. Fortaleza: IMO-Uece, 2001.

DAVOLI, Piermaria. **Due miliardi di salariati**: la nostra classe nel mondo. Milão: Edizioni Lotta Comunista, 2012.

FRIEDMANN, Georges. **La crise du progrès**: esquisse d'une histoire des idées (1895-1935). Paris: Gallimard, 1936.

GORZ, André. **Adieux au prolétariat**: au-delà du socialisme. Paris: Galilée, 1980.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1999.

GRUNWALD, James; FLAMM, Kenneth. **The global factory**: foreign assembly in international trade. Washington: Brookings Institution, 1985.

GRUPO KRISIS. **Manifesto contra o trabalho**. São Paulo: FFLCH-USP, 1999.

GUERRA, Alfonso. A revolução tecnológica e o futuro do trabalho. **O Socialismo do Futuro**, N. 6, Salvador, junho de 1993.

HALLIDAY, John; MCCORMACK, Gavan. **El nuevo imperialismo japonés**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1975.

HANDY, Charles. **El futuro del trabajo humano**. Barcelona: Ariel, 1986.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

HELLER, Pablo. El fin del trabajo. **En Defensa del Marxismo**, N. 18, Buenos Aires, outubro de 1997.

HELOANI, Roberto. **Organização do trabalho e administração**. São Paulo: Cortez, 1994.

HOLLOWAY, John. **Marxismo, Estado y capital**. Buenos Aires: Tierra del Fuego, 1990.

ICHIYO, Muto. **Lucha de clases e inovação tecnológica en Japón**. Buenos Aires: [s.n.], 1995.

KATZ, Claudio. O impacto da internacionalização. In: COGGIOLA, Oswaldo; KATZ, Claudio (Org.). **Neoliberalismo ou crise do capital?** São Paulo: Xamã, 1995.

KELLOG, Paul. Goodbye to the working class? **International Socialism**, N. 36, Londres, outono de 1987.

KRAWCHENKO, Boris. URSS, la clase obrera, hoy. **Inprecor**, N. 10, Montevideu, janeiro de 1986.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

LEITE, Márcia de Paula. O 'modelo sueco' de organização do trabalho. In: LEITE, M. P.; SILVA, R. A. da (Org.). **Modernização tecnológica, relações de trabalho e práticas de resistência**. São Paulo: Iglu/Ildes/Labor, vol. 1, p. 145-164, 1991.

LEVINSON, Andrew. **The working-class majority**. Nova York: Coward, McCann & Geoghegan, 1974.

LÖWY, Michael. **Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários**. São Paulo: Cortez, 1998.

MANDEL, Ernest. **Las ondas largas del desarrollo capitalista: la interpretación marxista**. Madri: Siglo XXI, 1986.

MARX, Karl. **O capital**. Trad. R. Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. Trad. A. Pina. São Paulo: Boitempo, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Trad. L. C. Martorano; N. Schneider; R Enderle. São Paulo: Boitempo, 2010.

MEDEIROS, Carlos A. Flexibilização não é panaceia para mercado de trabalho. **Capital & Trabalho**, N. 14, São Paulo, junho de 1994.

MOORE, Joe. **Japanese workers and the struggle for power 1945-1947**. Madison: University of Wisconsin Press, 1983.

NUNES LINS, Hoyêdo. O mundo do trabalho em debate. **Plural**, 3 (4), Florianópolis, julho de 1993.

NUTARELLI, Luca. **Fuorimercato: critica del bipensiero unico**. Napoles: Laboratorio Politico, 1996.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO. **Alto al trabajo forzoso**. Genebra: OIT, 2001.

PALA, Gianfranco; FILOSA, Carla. **Il terzo impero del sole**. Napoles: Laboratorio Politico, 1995.

RANCI, Costanzo. Azione volontaria e crise del welfare. In: TOMAI, B. (Org.). **Il volontariato**. Milão: Feltrinelli, 1994.

REICH, Robert. **The next american frontier**. Londres: Penguin Books, 1984.

RIFKIN, Jeremy. **The end of work: technology, jobs and your future**. Nova York: Putnam, 1995.

ROBERTS, Ken. **The changing class structures**. Londres: Heinemann, 1989.

SAUVY, Alfred. **El trabajo negro y la economía de mañana**. Barcelona: Planeta, 1985.

SCHAFF, Adam. **O marxismo e o indivíduo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SCHOR, Juliet. **The overworked american**. Nova York: Basic Books, 1991.

SOUYRI, Pierre. **La dynamique du capitalisme au XXe siècle**. Paris: Payot, 1983.

STALKER, Peter. **Les travailleurs immigrés**. Genebra: BIT, 1995.

TABAK, Faruk. La forza lavoro mundial. In: HOPKINS, Terence K.; WALLERSTEIN, Immanuel (Org.). **L'era della transizione: le traiettorie del sistema-mondo, 1945-2025**. Trieste: Asterios Editore, 1997.

TORRES Jr., Alvaír S. **Integração e flexibilidade**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1994.

WAISMAN, Carlos H. **Modernización y legitimación**: la incorporación de la clase obrera al sistema político. Madri: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1980.

WOOD, Stephen. **The Transformation of Work?** Londres: Unwin Hynman, 1989.

ZARIFIAN, Philippe. Introdução. In: HIRATA, Helena. **Sobre o ‘modelo japonês’**. São Paulo: Edusp, 1993.

Endereço para correspondência:

Oswaldo Coggiola – coggiol@hotmail.com
Av. Professor Lineu Prestes, 338, Cidade Universitária
05.508-900 São Paulo/SP, Brasil